



**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS - IHL**  
**BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**NIVALDO CASIMIRO IÉ**

**A IMIGRAÇÃO TEMPORÁRIA DOS ESTUDANTES GUINEENSES NA BAHIA-  
BRASIL: A PROCURA DE UMA FORMAÇÃO SUPERIOR PARA O  
DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

**São Francisco do Conde**

**2016**

**NIVALDO CASIMIRO IÉ**

**A IMIGRAÇÃO TEMPORÁRIA DOS ESTUDANTES GUINEENSES NA BAHIA-  
BRASIL: A PROCURA DE UMA FORMAÇÃO SUPERIOR PARA O  
DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

Este trabalho de conclusão de curso de graduação em Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para obtenção parcial do grau de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Marcio André O. dos Santos

São Francisco do Conde

2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

I23i

Ié, Nivaldo Casimiro.

A imigração temporária dos estudantes guineenses na Bahia-Brasil : a procura de uma formação superior para o desenvolvimento nacional / Nivaldo Casimiro Ié. - 2016.

75 f. : il. mapas, color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Márcio André Oliveira dos Santos.

1. Emigração e imigração. 2. Estudantes africanos. 3. Estudantes universitários - São Francisco do Conde, BA. 4. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Estudantes. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 378.198098142

**NIVALDO CASIMIRO IÉ**

**A IMIGRAÇÃO TEMPORÁRIA DOS ESTUDANTES GUINEENSES NA BAHIA-  
BRASIL: a procura de uma formação superior para o desenvolvimento nacional**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Sob a orientação do Prof. Dr. Marcio André O. dos Santos.

Aprovado em 02 de Dezembro de 2016.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marcio André O. dos Santos (orientador)  
(UNILAB)

---

Profa. Dra. Claudilene Maria da Silva (UNILAB)

---

Profa. Dra. Mariana da Costa Aguiar Petroni (UNILAB)

São Francisco do Conde

2016

Dedico este trabalho pra meu irmão Hidalgo Casimiro Ié, a pessoa com quem começo meu estudo desde ensino fundamental-I, infelizmente não está hoje no mundo dos vivos à razão da força maior. Mais sei que você esteja comigo em cada passo da minha conquista.

Para meu pai Casimiro Ié, minha mãe Ângela N'cada Quadé, meus irmãos Filipe N'cada Tchuda, Alirio Casimiro Ié, Vailtom Casimiro Ié, Belmiro Casimiro Ié, Helmer Casimiro Ié, Ângelo Casimiro Ié, Liedson Casimiro Ié, minhas irmãs Samira Casimiro Ié, Sandra Chuda, Artimiza Chuda, Cenia Casimiro Ié, Sueli Casimiro Ié, Joelma Casimiro Ié, Nineta Grila, Janaina Casimiro Ié, Diana Sané e toda família " Ié ".

Enfim, todas aquelas pessoas que desde a minha infância acreditam na minha capacidade de aprendizagem, que muito cedo acompanharam a minha trajetória escolar na conquista de vários prêmios. Sem esquecer-se do meu querido professor do ensino fundamental-I Quintino Gomes Barbosa a pessoa que eu admiro muito na sua forma de ensinar.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pai todo poderoso pela vida que cedeu até então, para conseguir este título de Bacharel em Humanidades, meus pais pelo apoio financeiro de manter a minha estadia no Brasil. A minha querida namorada Catia Manuel, que durante todo esse tempo esteve ao meu lado.

Gratidão, ao governo brasileiro pela oportunidade que me deu para prosseguir o meu estudo no Brasil. Meu orientador Prof. Dr. Marcio André O. dos Santos, que dedicou muito para que eu conseguisse terminar este trabalho. Do mesmo modo tenho gratidão aos professores da UNILAB, Profa. Dra. Artemisa Odila Candé Monteiro, Profa. Dra. Cristiane Santos, Profa. Dra. Caterina Alessandra Rea, Prof. Dr. Carlindo Antônio Fausto, Prof. Dr. Acácio S. Almeida Santos, Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert, Prof. Ismael Tcham, Profa. Dra. Matilde Ribeiro, Prof. Dr. Paulo Sérgio de Proença, Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva, Profa. Dra. Claudilene Maria da Silva, Profa. Dra. Maria Cláudia Cardoso Ferreira e Profa. Dra. Mariana da Costa Aguiar Petroni. Meu profundo agradecimento pelas equipes bibliotecárias, principalmente a Helka Sampaio Ramos, pessoa que desde primeiro momento desta pesquisa empenhou bastante na formatação deste trabalho; Elineuza Ferreira que, no momento de pré-projeto, me ajudou muito na organização das normas de ABNT; Bruno Batista dos Anjos e João Roberto da Silva Fiuza foram muito solícitos igualmente.

Por fim, todos os servidores técnicos administrativos: Adelmária Ione, Alexsandro Silva Santos, Lailson Santos, Rogério Moreira, Wiliam Nascimento e todos meus entrevistados que deram suas importantíssimas contribuições para enriquecer este trabalho: Baticã Ença Mané, Beto Infande, Catia Manuel, Danildo Mussa Fafina, Gracinda Fanta Jau, Felizmina Nancassa, Hipolito Mendes, Isna Gabriel Sai, Janica Zaida Lopes Ndela, Jorge Mário De Pina Fernandes, Leonel Vicente Mendes, Magnusson da Costa, Nemésio Alves de Sá, Suleimane Alfa Bá e Virgílio Morais Pereira Sanca. Vocês são os principais integrantes deste Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

Obrigado a todos que contribuíram de uma forma direta ou indireta. O vosso apoio merece todo reconhecimento, porque me permitiu alcançar o objetivo desta pesquisa.

Após Adão e Eva deixarem o Jardim do Éden, se tornaram os primeiros imigrantes do mundo. Desde então, homens e mulheres têm percorrido o mundo fazendo com que diferentes culturas entrem em contato entre si. (PEGGY, 2003 *apud* SUBUHANA, 2005, p. 2).

## RESUMO

Este Trabalho enfoca a imigração temporária de estudantes guineenses para a Bahia-Brasil: a procura de uma formação superior para o desenvolvimento nacional. Procurei analisar quais as problemáticas estão envolvidas nas dinâmicas da imigração de estudantes guineenses para a Bahia-Brasil. Estes jovens guineenses vieram para o Brasil, especificamente para a Bahia, com perspectivas de terem a formação universitária como fator que possibilita a inserção no mercado de trabalho e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. A pesquisa contemplou que as ausências das instalações de universidades públicas e dos cursos na Guiné-Bissau motivaram fluxos migratórios dos estudantes guineenses para a Bahia-Brasil. Desde primeiros anos da independência, o Brasil tinha estado na capacitação dos jovens guineenses através do Programa de Estudante Convênio Graduação – PEC-G, Programa de Estudante Convênio Pós – Graduação – PEC – PG e Processo Seletivo de Estudante Estrangeiro (PSEE), para ingressar Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A UNILAB recebe na sua maioria de estudantes estrangeiros da Guiné-Bissau. Durante entrevistas com estudantes guineenses radicados na Bahia, muitos disseram que suas vindas tem haver com instabilidade política, baixa qualidade de ensino e falta de instituição do ensino superior e do curso. Mas depois de concluir a formação no Brasil voltarão para participar na mudança da política guineense e de desenvolvimento do país.

**Palavras-chave:** Emigração/Imigração, Estudantes Guineenses, Formação Superior e Educação.



## ABSTRACT

This paper focuses on the temporary immigration of Guinean students to Bahia-Brazil: the search for a superior formation for the national development. I looked for to analyze which problems are involved in the dynamics of the immigration of Guinean students to Bahia-Brazil. These young Guineans came to Brazil, specifically to Bahia, with prospects of having a university education as a factor that makes possible the insertion in the labor market and their possible contributions to the development of Guinea-Bissau. The study found that the absence of the public universities and courses in Guinea-Bissau motivated immigrant flows of Guinean students to Bahia-Brazil. Since the first years of independence, Brazil had been in the training of the Guinean youth through the program of Student Agreement Graduation - PEC-G, Program of Student Agreement Post Graduation - PEC - PG and Selective Process of Foreign Student (PSEE), to join University of International Integration of Lusophony Afro-Brazilian (UNILAB). UNILAB receives mostly foreign students from Guinea-Bissau. During interviews with Guinean students living in Bahia, many said that their arrivals had to do with political instability, poor quality of teaching and lack of institutions of higher education and courses. But after completing training in Brazil they will return to participate in the change of Guinean politics and development of the country.

**Keywords:** Emigration/Immigration, Guinean Students, Higher Education and Education.

## RESUMO

Es tarbadju ina fala di imigrason di n'certu tempo di studentis guineensis pá Bahia-Brasil: ku bim busca formaçon mas garandi pa pudi bai disenvolvi naçon. Nbusca analisa kal ki purblema ku sta involvido ku pui imigrason di studentis guineensis pá Bahia-Brasil. Es jovens guineenses ê bim pa Brasil diretu pa Bahia ku pensamentu di tene formaçon di universidadi suma ké ku pudi djuda elis na tarbadju i tambí pá dá contribuiçon pa disenvolvimentu di Guiné-Bissau. Es tarbadju i mostra falta di construçon di universidadi pa tudu djintis, i di cursos na Guiné-Bissau, i fasi ki mangas di studentis guineensis sai pa bai studa na Bahia-Brasil. Desdi purmeru anus ku Guiné-Bissau toma independencia, Brasil tem stadu na djuda forma si jovens, pabia di Programa di studenti Convênio Graduação – PEC-G, Programa di studenti Convênio Pós – Graduação – PEC – PG i Processo Seletivo di studenti strangeiru (PSEE), pa entra na Universidadadi di Integração Internacional di Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). UNILAB na mangas di studentis ki ricibi di Guiné-Bissau mas tchiu. Na n'rivista kun fasi ku studentis guineense ku morra na Bahia, manga delis falan kuma sé motivo di bim pá Brasil i purblema di pulitica, na scolas ensinu ka sta dritu, falta di scolas pa formaçon garandi, tanbi falta di curso. Má dipus di ê kaba studa na Brasil ê na volta pá bai tarbadja pá muda pulitica guineense i pa disenvolvi sé terra.

**Palabras di balur:** Emigraçon/Imigraçon, Studentis Guineensi, Formaçon garandi i Educaçon.

## LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP - Assembleia Nacional Popular  
CEI - Casa dos Estudantes do Império  
CPLP – Comunidade dos Países da Língua Portuguesa  
DELEMIG/BA – Delegacia de Migração da Bahia  
ESE - Escola Superior da Educação  
ENEFD – Escola Nacional de Educação Física e Desporto  
ENA – Escola Nacional de Administração  
FLING – Frente de Libertação para a Independência da Guiné  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
MLGC – Movimento da Libertação da Guiné e do Cabo Verde  
MLG – Movimento de Libertação da Guiné  
MING – Movimento para a Independência Nacional da Guiné  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OUA – Organização da Unidade Africana  
PAI – Partido Africano para a Independência  
PAIGC – Partido Africano Para a Independência da Guiné e do Cabo Verde  
PALOP – Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa  
PEC-G – Programa de Estudantes Convênio de Graduação  
PEC-PG – Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação  
PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado  
PRS – Partido de Renovação Social  
PSEE – Processo Seletivo de Estudante Estrangeiro  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
UA – União Africana  
UAC – Universidade Amílcar Cabral  
UC – Universidade Católica  
UCB – Universidade Colinas de Boé  
UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
UNIPIAGET – Universidade Jean Piaget  
UPG – União Popular da Guiné  
UNGP – União dos Naturais da Guiné Portuguesa  
UNIJORGE – Universidade Jorge Amado

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Símbolos Nacionais	13
<b>Figura 2</b>	Mapa da Guiné-Bissau, divisões regionais	14
<b>Figura 3</b>	Imagens das chefias militares guineenses na zona libertada	39
<b>Figura 4</b>	Estudantes do Liceu de Bissau a caminho do campo para trabalho produtivo.	52
<b>Figura 5</b>	Imagem de alguns estudantes guineenses na Bahia-Brasil	68

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b>	13
	<b>INTRODUÇÃO</b>	16
<b>1</b>	<b>CAPÍTULO I - HISTÓRIA E POLÍTICA DA GUINÉ BISSAU</b>	18
1.1	CHEGADA DOS PORTUGUESES E PROCESSO ESCRAVOCRATA NO TERRITÓRIO GUINEENSE	20
1.2	A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU	29
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO II - FORMAÇÃO DO ESTADO NAÇÃO E AS DINÂMICAS DO DESENVOLVIMENTO NA GUINÉ-BISSAU</b>	46
2.1	RELAÇÃO BRASIL E GUINÉ-BISSAU: FORMAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO	46
2.2	POLÍTICA EDUCACIONAL NA GUINÉ-BISSAU PÓS- INDEPENDÊNCIA	50
2.3	FATORES MOTIVACIONAIS DA IMIGRAÇÃO DE ESTUDANTES GUINEENSES PARA BAHIA-BRASIL	59
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO III - MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA COM FINS DE ESTUDO</b>	65
3.1	EXPECTATIVA DOS ESTUDANTES GUINEENSES QUANTO AO RETORNO	65
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	69
	<b>REFERÊNCIAS</b>	73

## APRESENTAÇÃO

A Guiné-Bissau é um país africano, que fica situada na costa Ocidental da África. Com uma superfície de 36.125 km<sup>2</sup>, banhada pelo Oceano Atlântico e faz fronteira com dois países vizinhos: ao Norte com a República do Senegal, nas Leste e Sul com a República da Guiné-Conakry, e Oeste com Oceano Atlântico.

### REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

#### Figura 1: Símbolos Nacionais

Bandeira Nacional



Brasão de Armas



**Lema:** “unidade, luta, progresso”.

*Hino Nacional*

**Título:** *Esta é a Nossa Pátria Bem Amada*

*Sol, suor, o verde e mar,  
Séculos de dor e esperança;  
Esta é a terra dos nossos avós!*

*Fruto das nossas mãos,  
Da flor do nosso sangue;  
Esta é a nossa pátria amada.*

*Viva a pátria gloriosa!  
Floriu nos céus a bandeira da luta.  
Avante, contra o jugo estrangeiro!*

**Côro**

*Nós vamos construir  
Na pátria imortal  
A paz e o progresso!  
Nós vamos construir na pátria imortal  
A paz e o progresso!*

*Ramos do mesmo tronco, olhos na mesma luz;  
Esta é a força da nossa união!  
Cantem o mar e a terra, a madrugada e o sol;  
Que a nossa luta fecundou.*

*Viva a pátria gloriosa!  
Floriu nos céus a bandeira da luta.  
Avante, contra o jugo estrangeiro!  
Nós vamos construir*

*Na pátria imortal  
A paz e o progresso!  
Nós vamos construir na pátria imortal  
A paz e o progresso!*

*Autor: Amílcar Lopes Cabral*

**Figura 2:** Mapa da Guiné-Bissau, divisões regionais<sup>1</sup>.

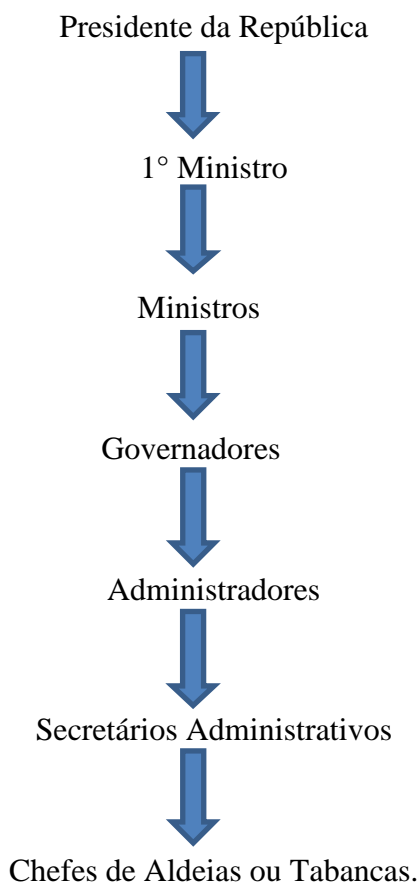


Região	Capital
Bafatá	Bafatá
Biombo	Quinhamel
Bolama	Bolama
Cacheu	Cacheu
Gabú	Gabu
Oio	Farim
Quinará	Buba
Tombali	Catió
Setor autónomo-Bissau	Bissau (capital do país)

<sup>1</sup> Disponível- <http://pt.mapsofworld.com/guinea-bissau/> Acesso em: 20 fev. 2016

A Guiné-Bissau é constituída por oito (08) regiões e um (1) setor autónomo, a capital do país Bissau. As regiões estão divididas em 38 setores, e estes por sua vez em seções, compostas por aldeias (tabancas). As regiões, setores e seções são administrados por Governadores, Administradores (Prefeitos), Secretários administrativos e Chefes de Aldeias ou Tabanca.

### **ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS DA GUINÉ-BISSAU**





## INTRODUÇÃO

*“(...) Quem não viaja não tem outras referências além daquelas que já conhece. Os que emigram encontram novas formas de viver, de se comportar, de ver o mundo e as trazem de volta para a terra natal, onde as tornam parte assimilada de sua realidade doméstica” (SUBUHANA, 2005, p. 150-151).*

A imigração temporária de estudantes guineenses para a Bahia-Brasil: a procura de uma formação superior para o desenvolvimento nacional é a temática deste estudo. Procurei analisar quais problemáticas estão envolvidas nas dinâmicas da imigração de estudantes guineenses para a Bahia-Brasil. Nesse caso quis compreender a questão de emigração/imigração desses estudantes. Desde o pós-independência havia fluxo da imigração de estudantes guineenses para o Brasil com intuito de ter uma formação superior do ponto de vista de suas possíveis contribuições ao desenvolvimento nacional. Segundo Subuhana o imigrante seria um homem de outro lugar para qual deverá voltar mais cedo ou mais tarde. (...) O imigrante seria, por oposição ao cidadão natural, àquele que tem outro país mesmo quando não nasceu naquele país. (2005, p. 10). No caso de estudantes guineenses imigram para a Bahia-Brasil com visto temporária que indica que estes estudantes vieram o Brasil para cumprir certo período de formação que depois voltarão a origem onde se participam no seu desenvolvimento.

O governo da Guiné-Bissau é responsável pela escolarização e educação dos guineenses, na medida em que possa garantir nos seus serviços um homem e uma mulher formado/a com a capacidade de contribuir no processo do desenvolvimento da nação. Porque o nível de desenvolvimento de qualquer nação depende basicamente da educação, mas na Guiné-Bissau não foi o caso para governantes, “a educação nunca foi muito privilegiada do ponto de vista orçamentário” (CÁ Cristina, 2009, p. 68). Devido a políticas e gestão dos recursos equivocados que o país despôs para responder a sua necessidade, sem esquecer-se das instabilidades, conflitos armados e além de atentados ou golpes de estados verificados no país.

A situação de instabilidade política no país tem dificultado a presença de doadores internacionais. Para ofertar diversos programas de cooperação em diferentes áreas de formação profissional, principalmente na área de educação que é prioritária para o país. Mas com problema constantemente verificado no país, passam de não acreditar no investimento num estado que é sempre alvo de conflito armada. O governo guineense não tem condição

financeira de responder toda a sua exigência, por razão da crise política e econômica. Muitas vezes o governo acaba por administração processo do ensino guineense errada, por falta de recursos financeiros e do material para tal.

O objetivo deste trabalho é investigar os fatores motivacionais destes estudantes ao escolher o Brasil, especificamente a Bahia como lugar para prosseguirem os seus estudos. Estes estudantes vieram para a Bahia-Brasil com o sonho de ter uma formação superior como chave da porta dos seus futuros, de alguma maneira a formação é principal guia para construção da vida deles e do país.

A questão acima foi respondida pelos próprios estudantes guineenses resididos na Bahia, através das suas experiências adquiridas. A metodologia desta pesquisa baseia-se no método qualitativo, utilizando questionários abertos, e consultas dos livros, trabalhos acadêmicos, artigos e as entrevistas que foram concedidas com quinze estudantes guineenses que estão cursando cursos nas Universidades Públicas (federais, estaduais) e Particular; Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Jorge Amado (UNIJORGE) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Entre entrevistados quatro delas são de sexo feminino e onze do sexo masculino, com a faixa etária compreendida entre 21 a 31 anos. Analisei a trajetória e experiência dos estudantes guineenses na Bahia, ao voltarem, origem suas possíveis contribuições para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. E na mudança da política, para diminuir emigração constantemente dos estudantes guineenses para exterior.

## CAPÍTULO 1 - HISTÓRIA E POLÍTICA DA GUINÉ BISSAU

Neste capítulo pretende-se fazer um breve panorama histórico sobre a região que hoje é denominada da Guiné-Bissau, antes e depois da chegada dos europeus principalmente dos portugueses naquele território. A região era ocupada pelos povos de grandes impérios da África que mais tarde participavam ativamente na venda dos escravos, devidos expansão comercial dos árabes nas trocas dos seus produtos com diferentes povos. Um dos mais conhecidos impérios que ocupou a maior totalidade do território da Guiné-Bissau até meado do século XVIII foi o império Mali, “fundado por Sundiata Keita no século XIII”<sup>2</sup> que estendeu a sua territorialidade até reino de Gabú<sup>3</sup> através das migrações dos mandingas. Conforme Monteiro, (2013):

Os mandingas emigraram para a Costa Africana vindos do alto Níger entre os séculos XIII e XIV e rapidamente se instalaram em diferentes pontos (Gâmbia, Cassamansa no Senegal - e Kaabú ou Gabú, na Guiné-Bissau). Nessa mesma direção, os fulas também foram provenientes do Rio Nilo. Eram pastores nômades, que aos poucos se estabeleceram no interior da Guiné-Bissau. Por outro lado, temos os grupos não islamizados, ou seja, os chamados “animistas”,<sup>4</sup> a exemplo dos manjacos, mancanhas, papeis, bijagós, balantas, etc. (p. 99).

De acordo com autora estes dois grupos étnicos não são originários da Guiné-Bissau, como os outros, descendentes de grandes impérios conhecidos na história da África. Os Fulas e Mandingas são praticantes do islamismo, desde passado até o presente, são agricultores, especialistas na criação dos gados, conquistadores de terras, nobres, artesão e comerciantes. Praticavam diversas atividades dentro das suas culturas como forma de difundir sua religião. Entretanto, com as suas chegadas à região conhecida hoje como Guiné-Bissau, cada um pretendia ocupar a maior parte da terra como melhor maneira de governar o território. O fato que os dois grupos ocupavam a mesma região do Gabú isso começou a gerar problemas, rivalidades entre os Fulas e os Mandingas na disputa de conquista a maior parte do reino de Gabú. As rivalidades tornaram-se imensas para os dois etnias, porque nenhum dos dois queria ser submetido. Suas praticas religiosas eram diferentes só mais tarde que começaram a seguir

---

<sup>2</sup> A história da Guiné-Bissau quase se confunde com a dos reinos mandingas, a desintegração do império Mali no século XVI, que deu origem a vários Estados autônomos no oeste africano antes dominado por Niani (capital do Império do Mali). Entre estes Estados consta o reino de Kaabú com Kansala como capital, dependências territoriais (farins) que se deixava sob jurisdição de princípios escolhidos entre as famílias reputadas (Sane e Mane), e a transmissão de todos os poderes fazia -se segundo tradições matrilineares. (LOPES, 1982, p. 20 *apud* CANDE Monteiro, 2013, p. 93).

<sup>3</sup> Gabú foi o último império que sucedeu a do Mali, hoje faz parte da província leste da Guiné-Bissau.

<sup>4</sup> Uma denominação depreciativa que os portugueses atribuíam aos adeptos de culturas tradicionais. (CANDE, 2013, p. 99)

a mesma doutrina, mas cada um tinha sua estrutura de hierarquização de acordo com sua cultura. E essa contradição gerou conflito entre Fulas e Mandingas no final de século XIX, provocando grandes massacres mútuos, muitas mortes para que um grupo dominasse o outro. Por fim Fulas conseguiram vencer a batalha como informa Monteiro, (2013):

Rivalidades políticas internas, culminando assim numa crise política que originou a sua desintegração nos meados do século XIX, mediante uma grande batalha intitulada “Kansala”, na qual os fulas, que vieram do império do Mali, travaram uma guerra com os mandingas, liderados pelo Imperador Mama Djanke Wali. Nesta batalha os fulas saíram vencedores. (p. 93-94)

Mesmo com a vitória dos Fulas na batalha de Kansala<sup>5</sup> não significa que os Mandingas foram banidos do reino, alguns até fugiram por razão de insegurança e os que foram capturados ficaram presos, outros foram mortos, convertidos nas tradições dos Fulas e obrigados a seguir todas as regras e práticas dos vencedores. Vale ressaltar neste capítulo que os Mandingas não eram praticantes do Islão, vieram a ser só quando foram convertidos a forçadamente ao islamismo por Fulas. Com a conquista do território a supremacia dos fulas tornou ainda maior de islamizar alguns grupos étnicos animistas de seguir a religião muçulmana, caso dos Mandingas na altura.

Atualmente muitos grupos étnicos guineenses foram convertidos para esta religião, o pressuposto era o de os grupos étnicos nativos não tinham uma religião verdadeira além de serem desorganizados daí precisarem ser islamizados para poderem acreditar na existência de um só Deus (Alá ou Allah). É de salientar que os Fulas vieram de um dos impérios predominantes de árabes, como citei anteriormente por isso que eles tiveram a estrutura social “vertical” diferenciado de alguns grupos encontrados na região da Guiné. Conforme Augel (2007):

Por ocasião desses primeiros contatos, os vários povos que habitavam a região constituíam sociedades agrárias em diferentes estágios de desenvolvimento. Comumente, à guisa de simplificação, esses povos são divididos entre os que possuíam uma estrutura social “vertical”, com algumas formas organizadas de poder proto-estatal e hierárquico, com uma autoridade coercitiva central; e havendo grupos intermediários devido a diferentes influências sofridas ao longo de suas histórias. (...). (p. 52).

Neste período a sociedade rural guineense do reino de Gabú, tinha uma posição mais de hierarquização e de centralização dos poderes na mão de família fulas mais numerosas ou

---

<sup>5</sup> Kansala é uma área que pertence atual região de Gabú na Guiné-Bissau, onde acontece o conflito entre Fulas e Mandigas.

com condição econômica favorável para administrar o reino. Isso suscitou o submisso aos outros grupos étnicos nativos inferiores residentes no reino, num discurso de silêncio, e de obedecer toda a lei definida pelo rei dentro do reino; por que o regime era totalmente ditatorial, além do uso da supremacia de conquistar alguns grupos étnicos nativos, sob a seguir religião muçulmana e no comércio de escravo. Essa dominação dos Fulas em relação outros grupos pela força suicidou práticas de vários grupos étnicos nativos devido a influencia do islão dentro do reino, que desde inicio dominaram algumas etnias e converteram estes ao islamismo. Os Fulas eram conquistador tanto da terra assim como do ser humano, tinha uma sociedade organizada de escalas para facilitar administração do rei; por isso, com a chegada de portugueses, Fulas foram privilegiadas como etnia mais civilizada na Guiné, devido a sua organização social.

A ideologia portuguesa quanto aos Fulas era de procurar manobras para ter espaço de desenvolver suas atividades no território guineense que posteriormente no decorrer deste trabalho vou esboçar. Aliança dos fulas com portugueses em relação outros grupos étnicos nativos que recusam a presença dos colonialismo português no território guineense, era de mentalizar a consciência dos fulas como melhor grupo étnico encontrado na região da Guiné Portuguesa, no sentido de aproveitar desenvolver os seus interesses, por outro lado os Fulas sendo maioritariamente na altura com a sua força religiosa seria bem mais fácil assinar acordos com eles. Também um dos fatores que proporcionou os portugueses terem os Fulas como etnia aliado era cor da pele que eles apresentam são povos na sua maioria de pele clara descendentes de Norte da África no atual Egito. Possui estrutura social bem diferenciado em relação outros grupos étnicos nativos residentes na região, a organização do poder funcionava de uma forma rotativa pelas duas grandes famílias fulas (Sané e Mané) conhecidas como herdeiros de trono.

### 1.1 CHEGADA DOS PORTUGUESES E PROCESSO ESCRAVOCRATA NO TERRITÓRIO GUINEENSE

A Guiné-Bissau é um país africano, “democrático e laico; com regime semipresidencialista, de pendor parlamentar”<sup>6</sup> fica situada na costa Ocidental da África com uma superfície territorial de 36.125 km<sup>2</sup>, banhada pelo Oceano Atlântico e faz fronteira com dois países

---

<sup>6</sup> Fundação Alexandre de Gusmão-FUNAG. O livro da rua (Guiné-Bissau). (ARAÚJO, 2012, p. 13).

vizinhos, ao Norte com a República do Senegal, nas Leste e Sul com a República da Guiné-Conakry, países da língua francesa e Oeste com Oceano Atlântico. Com três (3) províncias, oito (8) regiões e trinta e oito (38) setores. Mas um setor autônomo Bissau, capital da República da Guiné-Bissau, com a população de 1.530.673 habitantes em 2015, segundo Instituto Nacional de Estatística (INE) <sup>7</sup>-Guiné-Bissau. Na parte insular do país conhecido como arquipélago de Bijagós possui uma grande quantidade de ilhas e ilhéus, conforme Moema Parente Augel, 2007, “o arquipélago dos Bijagós com mais de 80 ilhas” (p. 50), Cláudio Maretti, 2002, “nomeia 25 ilhas” (*apud* AUGEL 2007, p. 78) e Helmer Araújo, 2012, “com mais de 50 ilhas e ilhéus que cobrem uma superfície com cerca de 10.000 km<sup>2</sup>”. (p. 04). Portanto os estudos feitos pelos atores demonstra que não há um consenso exato relativamente o número de ilhas que compõe o arquipélago de Bijagós, devido a sua grandeza que na sua maior parte não foi habitada pela população, mas protegido como ponto turístico onde se encontra a diversidade de fauna e flora. Que serve para atrair turistas, assim como recurso econômico do país.

O português é a língua oficial do país, mas o crioulo é a língua predominante entre guineense pra além das línguas étnicas faladas entre grupos. O país possui aproximadamente 30 grupos étnicos que compõem a população guineense instalado nas diferentes regiões do país. Entre eles temos grupos nativos da Guiné-Bissau, “Balanta, Papel, Bijagós, Fulupe, Mancanha e Manjaco. Todas são de origem Bantu. Fulas, Mandingas, Beafadas, Saraculês são etnias nômades, umas de origem Berbere, e outras do grande Império do Mali, mas atualmente, há grupos étnicos em extinção” (ARAÚJO, 2012, p. 05). Dentre grupos havia “os grupos percentualmente mais numerosos são os Balantas (27%), os Fulas (22%), os Mandinga (12%), os Manjaco (11%) e os Pepel ou Papel (10%)” (AUGEL, 2007, p. 77). Mas hoje com imigração constante dos fulas de Guiné-Conacri<sup>8</sup> no território guineense o número dos fulas guineense passa a aumentar cada vez mais, devido entrada ilegal destes no país, depois ganham documentos como guineense. A diversidade de grupo étnicos guineense propõe também diversas línguas faladas no país, por que cada grupo fala sua língua em sua comunidade e o crioulo serve para facilitar comunicação entre diferentes grupos étnicos guineenses, e ainda torna uma língua de familiarização entre grupos independentemente da sua língua étnica. O português é a língua oficial do país, mas é menos falado entre guineense só quem tem acesso à escola que tem a facilidade de expressar essa língua com a pessoa do

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/> Acesso em: 16 set. 2016.

<sup>8</sup> Guiné-Conacri, ex-colônia francesa que faz fronteira com a Guiné-Bissau na zona Leste e Sul do país.

mesmo nível, mas ela é mais comum ser expressa nas escolas e na algumas instituições portuguesas no país, porque havia escolas que usam métodos rigorosos para quem não fala português dentro de recinto escolar depois de lá mais nada, na Rua de Bissau só fala crioulo<sup>9</sup> guineense língua franca desse povo. Tudo isso é falta de interesse do governo português e o da Guiné-Bissau, no incentivo da população guineense com material didático para que a língua possa ser expressa em todo território do país. Porque a única colônia portuguesa que a língua portuguesa é menos falado no seu dia a dia, “menos de 10% o numero dos falantes desse idioma na Guiné-Bissau”. (Lopes, 1988, *apud* Augel, 2007, p. 79). Mas hoje está tendo uma percentagem maior em relação à década noventa.

Em 1446 chegada do navegador português no território guineense Nuno Tristão<sup>10</sup> concretamente na cidade de Cacheu que fica localizado no Norte do país, como segundo eles vieram com a missão de conhecer as terras africanas e comércio com autóctones guineenses. Conforme Azurara, (*apud* SILVA e SANTOS, 2014, p. 23) “historiador português quinhentista, cronista régio a partir de 1450, na Crónica do Descobrimento e conquista da Guiné refere cinco razões que teriam motivado o Infante D. Henrique à conquista da Guiné”:

A primeira razão tinha a ver com a vontade de conhecer as terras que iam para além das Canárias e do Cabo Bojador;

A segunda razão pretendia-se a razões comerciais, no afã de trocar produtos;

A terceira razão tinha a ver com a necessidade de apurar se o poderio dos Mouros naquela terra de África era muito maior do que constava;

A quarta razão era a de averiguar se haveria rei cristão naquelas paragens, mesmo que houvesse necessidade de fazer viagens ao interior do território;

A quinta razão era a de expandir a fé cristã. (SILVA e SANTOS, 2014, p. 23)

A presença dos portugueses no território guineense com as razões acima citadas eram estratégias usadas para ter contatos com nativos guineenses em termo comercial que depois ultrapassavam suas atividades comerciais de trocas dos produtos para tráfico de escravo. Vale destacar que no inicio de comercialização com alguns grupos étnicos guineenses se limitavam comércio na zona litoral da região. A razão de que nem todos os grupos étnicos nativos que estavam satisfeitos com a presença dos europeus principalmente dos portugueses na região da Guiné, próprios portugueses tinham medo de entrar no interior do território guineense devido ameaça provocado pelos nativos guineenses. Só depois de estabeleceram acordos com alguns

<sup>9</sup> Crioulo guineense surgiu a partir de contato com portugueses no século XV. Apesar de que existem muitos crioulos, mas na Guiné-Bissau ele funciona como a língua franca.

<sup>10</sup> O navegador Nuno Tristão declarou as terras descobertas posse da Coroa portuguesa, mas acabou por ser morto pelos Mandingas, próximo do rio da Gâmbia. (SILVA e SANTOS, 2014, P. 23-24)

grupos étnicos nativos principalmente com seus régulos e reis no caso dos Fulas que eram aliados dos portugueses, fez com que os portugueses começaram a presenciar o interior da região especificamente onde se encontra comunidade dos grupos étnicos aliados devido acordo assinado. Não poderem entrar na comunidade dos outros grupos étnicos que não tinham estabelecidos tratados, porque havia grupos que detestavam mesmo a presença dos europeus no território bissau guineense no caso das etnias Papel ou Pepel, Manjaco, Felupe, Balanta, Bijagó e Mancanha que nunca permitiram o contato com povos estrangeiros sempre manterem resistência contra a ocupação portuguesa. Também com a chegada dos portugueses no território guineense o império Mali começou desligar do reino de Kaabú ou Gabú, como disse LOPES, 1987, (*apud* AUGEL, 2007):

Na época das navegações portuguesas, o império dos Mandingas começava a desintegrar-se e, no século XVI, deu origem a diversos estados mais ou menos autônomos, quando a autoridade máxima do imperador foi repartida com alguns vassallos que se proclamaram mansas, isto é, rei. Dentre eles, um dos mais importantes era Mansa de Kaabú, extensa região que ocupava áreas muito além dos limites da atual Guiné-Bissau. Kaabú superou mais tarde Mali em importância, pois o eixo de tração econômica da África Ocidental se deslocou cada vez mais em direção ao litoral, e bem cedo os portugueses notaram que era mais proveitoso negociar diretamente com a família real de Kaabú do que com Mali. As relações entre D. João II (1481-1495) – e os demais reis que sucederam e os chefes africanos regionais atestam a importância daquele reino, sendo o monarca de Kaabú o maior vendedor de escravos daquela parte do mundo. (AUGEL, 2007, p. 29)

Como expliquei anteriormente o primeiro grupo étnico guineense que os portugueses terem como aliadas eram os Fulas através da sua práticas social diferenciados dos outros grupos étnicos, isso fez com que portugueses aproximarem para negociar o espaço com seus reis ou chefes como melhor forma de desenvolver seu comércio naquele território. Então a partir de momento que a negociação foi confirmada os portugueses passaram a frequentar aquela região cada vez mais com seus produtos a troca com alguns objetos africanos caso de pano com tabaco e alguns produtos africanos em troca de sal, espelho, pente, bebidas alcólicas “marfim, cobre, trigo, pó de ouro, escravos, tecidos, cavalos, etc., com a costa africana” (SOUZA, 2006 *apud* MONTEIRO, 2013, P. 81). Esses produtos começaram atrair chefes de tribos e de etnias tornaram essenciais para suas necessidades, os portugueses viram os interesses grandes por parte dos chefes de alguns grupos étnicos guineenses optaram numa nova proposta para troca, já que os africanos guineenses não tinham mais os produtos valiosos à troca podiam inverter a troca pelo ser humano com a intenção de leva-los para trabalhar no campo. Alguns chefes dos grupos como tinham interesses bastantes nos produtos acabaram por aceitar a proposta concedida pelos portugueses, daí a conquista entre grupo tornou mais relevante e a captura entre pessoas do mesmo grupo era comum. Isso gerou conflito entre



grupos étnicos guineenses na tentativa de dominar o outro para ser vendido como escravo. Conforme RODNEY, 1970, GALLI & JONES (*apud* RIZZI, 2014, P. 55):

Esse comércio de escravos (e toda estrutura envolvida nesse processo) deixou marcas profundas na região da Guiné. (...) É relevante entender o esquema de aprisionamento e venda desses escravos, além das consequentes tensões entre tribos, na região, para compreender conflitos étnicos contemporâneos na região. Rodney argumenta que o comércio de escravos tinha características de luta de classe, quando reis e chefes de tribos ordenavam de membros de tribos e etnias vizinhas, ou mesmo na sua sociedade: os Mandingas aprisionavam os Djolas; os Papels e Bijagós aprisionavam os Balantas; os Bijagós e Beafadas prendiam Nalus. (RIZZI, 2014, P. 55)

A disputa intensificou entre grupos étnicos chamou ainda atenção à presença dos portugueses nessa região. Porque havia captura constantemente entre grupos que depois serviam de troca com os portugueses.

Por outro lado à influência de comércio português com os seus produtos atraentes para a troca do ser humano com alguns grupos étnicos interessados nos objetos portugueses, para seu uso proporcionou ainda o desenvolvimento comercial mais concorrido entre objeto e o escravo. Sabendo que o escravo era produto mais valioso na época e de ser relevante para economia que levou “o ouro perdeu gradualmente importância, em contraponto à ascensão do comércio de escravos, ao passo que a presença de portugueses (e outros povos europeus) se ampliava na costa ocidental africana” (RIZZI, 2014, p. 54). A costa ocidental tornou famoso na venda dos escravos para os europeus principalmente para os portugueses na atual Guiné-Bissau que intensificaram as suas navegações nessa região como poço de escravos. Segundo Gomes Eanes Azurara na sua Crónica da Conquista da Guiné há apenas informação acerca do comércio de escravos no tempo de D. João II, dando conta que desde 1446 até 1493 entraram na Coroa vindo da Guiné, mais de 3500 escravos (SILVA; SANTOS, 2014, p. 25). Esse número de escravos foi retirado da Guiné antes da criação de feitoria de Cacheu no território guineense.

Com desenvolvimento de comércio de escravos, proporcionou a presença de outros povos europeus na região, na compra e captura de escravos; ameaçou comércio da Coroa portuguesa, então, os portugueses começaram a pensar na criação de uma feitoria naquela região sob o seu controle para impedir ocupação dos outros povos europeus. Entraram contato com alguns régulos dos grupos étnicos no caso de régulo da etnia Manjaco, na altura da cidade de Cacheu que deu permissão de construir uma feitoria de comercialização no porto de

Cacheu, para negócios portugueses. “Entretanto na Guiné-Bissau, a ocupação começou no norte do país a partir da cidade de Cacheu, fundado em 1588, mas sob a regência da administração do Arquipélago de Cabo Verde” (MONTEIRO, 2013, p. 92). Com a instalação da feitoria na cidade de Cacheu os portugueses começaram enviar os seus padres, missionários para Guiné, no sentido de evangelizar e na conversão daqueles povos, sendo grupos considerados de pagãos.

O século XVI tornou o maior período de comercialização de escravos para América e a região da Guiné tornou o berço de tráfico de escravos para europeus. Havia navegadores ingleses, portugueses, holandeses, franceses, espanhóis entre outros. Na disputa de território guineense, apesar de que os portugueses foram os primeiros a chegar o território, mas não tinha força na altura em termo militarmente para defender a sua soberania, contra invasão dos outros povos europeus. Era obrigado instalar feitorias, postos comerciais para chamar atenção dos povos estrangeiros de que a região pertencia o comércio da Coroa Portuguesa, mesmo com isso havia captura dos escravos por parte de alguns europeus. Conforme Silva; Santos, (2014):

(...) Em 1567-68, o almirante inglês Sir John Hawkins atacou Bissau e Cacheu apreendendo um numero considerável de escravos negros cativos. Assim se construiu a primeira fortaleza em Cacheu edificada em 1588, pelo cabo verdiano Manuel Lopes Cardoso, obtida a devida autorização do regulo local. É por esse motivo que se considera que Cacheu foi a primeira capital portuguesa em terras da Guiné. Mais tarde, em 1664 foi criada a capitania de Cacheu e em Maio de 1656 foi fundada a companhia de Cacheu e rios, destinada ao trafico de escravos (SILVA; SANTOS, 2014, p. 26).

Com captura de escravos ilegais na Guiné por parte de alguns povos europeus tornou ameaça para economia portuguesa, isso causou a criação de novas feitorias na região em controle de escravos, é importante destacar que na altura “o escravo era o bem mais valioso ao alcance dos navegadores, enquanto não descobriam os caminhos para o metal amarelo”, escreve COSTA e SILVA “e era pelos escravos que os portugueses desciam nas praias africanas” (p. 151 *apud* AUGEL, 2007, p. 52). Portanto nesse período o escravo tornou produto mais importante para a economia do homem, na medida em que possibilita a mão de obra barata e na realização dos trabalhos sem contrapartida. Isso levou a concorrência entre mercadores europeus na África Ocidental em busca de escravo para desenvolvimento da América e da Europa, é de ressaltar que os primeiros escravos guineenses foram levados para América do Sul, e “em 1440 os primeiros escravos africanos são capturados pelos navegadores portugueses na costa ocidental africana” (SILVA; SANTOS, 2014, p. 23-24).

Com a invasão de alguns navegadores europeus no território guineense, no caso dos ingleses que chegaram ocupar uma parte de ilha de Bolama, até fica uma discussão durante século XIX de que Bolama pertencia comércio inglês “o régulo de Guinália cede à Coroa portuguesa a ilha de Bolama, para se defender dos Bijagós (1607)” (SILVA; SANTOS, 2014, p. 27). Porque não estava satisfeito com atividades desenvolvidas por estes na ilha, daí os portugueses passaram a construir a feitoria na ilha para impedir a presença dos ingleses na captura de escravos, mesmo com isso havia resistência dos ingleses com portugueses na ilha de Bolama. Por fim, tudo culminou com a retaliação, no entanto ingleses acabaram por desligar da ilha, por isso, que a história da Guiné conta que Bolama<sup>11</sup> foi primeiro capital da Guiné-Bissau, apesar de que alguns dizem que foi o Cacheu, só que Cacheu nunca foi capital, mas sim foi à primeira cidade comercial de venda dos escravos e da embarcação para América. Por outro lado a história da Guiné começou por lá, com chegada dos portugueses e a maior parte de comércio de escravo foi desenvolvido naquela região, mas que na verdade nunca foi ocupada pelos portugueses. Ao contrario foram Cabo-verdianos que administraram intensamente o comércio dos escravos a favor dos portugueses, pois os portugueses ficaram instalados em Cabo-Verde devido condição climática que não permitem as suas fixações definitivas na Guiné, encarregavam os cabo-verdianos<sup>12</sup> de administrar os postos comerciais de escravos e eles ficavam em Cabo-Verde no controle dos navios que iam transportar os escravos para Américas. Também é de destacar que a partir de momento que Bolama passou a ser Capital da Guiné em ”1879”, a Guiné passou a serem controlada ou administrada pelos próprios assimilados guineenses, descendentes de português, alguns assimilados cabo-verdianos radicados na Guiné e os próprios portugueses. A Guiné “foi separada administrativamente de Cabo-Verde e recebeu o nome de Guiné-Portuguesa em Março de 1879” (AUGEL, 2007, p. 54).

---

<sup>11</sup> Após a Guiné-Bissau ter sido desvinculada da administração de ilhas de Cabo Verde, e tornar-se uma província independente, Bolama foi escolhida como capital da ocupação efetiva. Portanto, Bolama passou a ser a primeira capital do país, por se tratar de uma ilha, o recurso da via portuária articularia “benefícios comerciais em toda a região do Rio Grande de Buba, proporcionado pelo desenvolvimento das “pontas” de produção agrícola e incremento da recente cultura de mancarra, ou seja, amendoim” (SILVA, 2010, p.23 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 96).

<sup>12</sup> Em 1466, por carta régia todas as ilhas de Cabo-Verde receberam um foral com privilégios especiais para os seus moradores, os portugueses residentes em Cabo-Verde ficavam autorizados aos “tratos e resgates nos rios de Guiné”. A partir de então os mercadores cabo-verdianos encetaram tarefas comerciais nas zonas ribeirinhas dos rios da Guiné onde até se fixaram alguns mercadores. Começava assim a história da Guiné associada à de Cabo Verde, não esquecendo que a população cabo-verdiana correspondia a uma miscigenação entre escravos africanos da costa ocidental, oriundos maioritariamente da Senegâmbia, com portugueses. (SILVA e SANTOS 2014, p. 24)

Ao longo do processo de escravidão chegou um momento que capital da Bolama não estava favorecendo a administração de Coroa portuguesa, obrigou “a mudança de capital de Bolama para Bissau aconteceu em 1941, justificada pelas dificuldades que a situação administrativa e as carências estruturais, que Bolama apresentava para o desenvolvimento do governo colonial”. (MONTEIRO, 2013, p. 97). Propõe com que a transferência de Capital seja para Bissau (atual capital da Guiné-Bissau), e na construção de nova fortaleza e Amura que impede a presença dos navios franceses, ingleses, holandeses na Guiné Portuguesa. Foram aumentados números significantes de militares para controlar territórios contra transgredidos da soberania portuguesa, as construções na nova capital espaço dominando pela etnia oriundos de bissau guineense Papel que antes de chegada dos portugueses tinha instalado no centro de Bissau e que detestou a invasão dos estrangeiros na região começou a gerar conflitos entre portugueses e os papeis. Segundo Silva e Santos, (2014):

Em meados do século XVIII, vários navios portugueses aportam a Bissau e pela terceira vez tentam construir a fortaleza. Os confrontos com os que se opunham a tal desígnio foram violentos, mas aqueles terão então sofrido meio milhar de mortos, até que finalmente o rei dos Papéis assina a paz com os portugueses e é dado o consentimento formal para a construção da fortaleza. Foi, assim, reconstituída a capitania de Bissau com uma guarnição militar cabo verdiano (1753). [...] O Marquês de Pombal procurou impulsionar a Companhia do Grã-Pará e Maranhão, para o tráfico de escravos, que acabou por não trazer benefícios de monta à economia guineense. Entre 1756 e 1788 a companhia terá levado de Bissau e Cacheu quase 20.000 escravos. Entretanto, a terceira fortaleza de Bissau já se encontrava em ruínas e a Coroa encarregou a Companhia do Grã-Pará a construir uma nova fortificação – o forte da Amura – que essa, sim perdurou até aos nossos dias. (SILVA, 2014, p. 28)

Depois de acertaram a negociação com os papeis para construção de Amura e Fortaleza que até hoje estes monumentos estão no centro do capital de Bissau, o capital tornou o maior centro de compra de escravos para Américas, e “esse período foi marcado por um elevado número de escravos da região da Guiné embarcados para o Brasil” (RIZZI, 2014, p. 55). Entretanto os portugueses passaram a desenvolver suas atividades comerciais mais estáveis em relação período anteriores.

Com a estabilidade comercial portuguesa passava a não respeitar acordo com os nativos guineenses dentro da região começaram pegar pessoas desnecessárias para venda como escravos, que no início de comércio havia respeito mútuo para nativos guineenses. Durante o tempo alguns povos europeus achavam que deviam pôr o fim no comércio de escravos por que estava trazendo consequência grave para sociedade pra além de crime contra humanidade,

mas também provocaram doenças nojentas, como malária, epidemia entre outros. Então nessa reunião entre comerciantes europeus a Grã-Bretanha acabou por abolir a escravatura em 1833, enquanto o “Portugal aboliu a escravatura em 1869, os escravos foram libertos de uma forma gradual até 1876. Com a diminuição e depois a extinção do comércio de escravos, os estabelecimentos comerciais entraram em declínio”. (SILVA; SANTOS, 2014, p. 28). Certo que os portugueses nunca quiseram abolir a escravatura naquela região a razão é que na altura tinha organização forte que estava a atrás para controlar qualquer tipo de comercialização de escravos. Isso fez com que o tráfico de escravos por parte de portugueses diminuiu na Guiné Portuguesa, mas com ambição de continuar administrar o território. Como disse PÉLISSIER, 1989, (*apud* AUGEL, 2007, p. 54):

Com o enfraquecimento do tráfico escravagista e a diminuição do comércio triangular entre a África, a Europa e as Américas, Portugal passou a dedicar-se com afinco à conquista territorial, preocupando-se também para que os entrepostos comerciais fossem cada vez mais numerosos e ativos. (...) Apenas depois da segunda guerra mundial a “Guiné” foi submetida a uma verdadeira política de colonização. Conheceu, então, um período extremamente sanguinário e violento, despótico e cruel, em que os estrangeiros se empenharam em realizar a dominação, e os africanos resistiram com bravura das mais diversas formas. (PÉLISSIER, 1989, *apud* AUGEL, 2007, p. 54).

A partir de momento que a escravatura foi abolida definitivamente no Brasil 13 de Maio de 1888, comércio português enfraqueceu muito o Portugal passou a criar outra intensão para explorar a região da Guiné. Entretanto começou basear numa nova fase de exploração que era agricultura no solo da Guiné com diversos grupos étnicos em desenvolvimento de Portugal. Os portugueses fizeram a campanha de pacificação na Guiné com objetivo de controlar todo o território e na demarcação das terras dos nativos guineenses para praticar agricultura e a produção de diversos produtos como “a produção de algodão, cana sacarina, café, borracha, cera, banana, arroz, coconote, milho, feijão, tabaco, amendoim, madeiras, como o mogno e o pau sangue, criação de gado bovino, suíno e caprino”. (SILVA; SANTOS, 2014, p. 33) Esses produtos depois de colheita eram embarcados para o Portugal no sentido de transformá-los num produto alimentar para ser vendidos na Guiné Portuguesa. A presença de portugueses na Guiné era de explorar tudo daqueles povos em sustento de metrópole portuguesa.

## 1.2 A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU

Após a diminuição do comércio de escravo no século XIX na Guiné-Portuguesa<sup>13</sup>, o Portugal declarou a conquista do território imediato naquela região. Lançou a campanha de Pacificação em domínio de administrar o território guineense. Isso gerou intensa hostilidade entre portugueses e alguns grupos étnicos guineenses que detestavam submissão do colonialismo portuguesa caso de Pepel etnia radicado no centro de Bissau onde se praticava mais comércio na Guiné-Portuguesa. Os portugueses tentaram várias vezes ocupar Bissau com repressão, mas não conseguiram devida resistência dos papeis e de outros grupos étnicos, só, mas tarde quando a negociação foi estabelecida com Papeis o comércio passou a ser desenvolvido no centro de Bissau, com a proposta definida em contrapartida dos serviços dos colonialistas, “os portugueses que pagaram tributos e outras taxas aos monarcas locais inclusive uma taxa de residência” (AUGEL, 2007, p. 56). Para evitar rebelião constantemente no centro comercial.

A partir de século XX, os portugueses depois instalaram no centro de Bissau que era lugar chave para comercialização e da entrada dos seus navios, começaram desrespeitar o acordo estabelecido com grupos étnicos nativos, devida suas novas intenções na Guiné, reforçarem militares no território guineense desenvolveram suas ações sem respeitar limites dos nativos, que no fundo o proposito destas ações era de dominarem a estes nativos definitivamente, por melhor maneira de administrar território. A conquista de território levou os portugueses tornaram mais cruéis, humilhantes, discriminação, opressão sem esquecer-se da tortura que era constantemente na região, envios os padres, militares e missionários para evangelizar os guineenses na medida de torna-los povos civilizados. Segundo Cabral, (*apud* CÁ Cristiane, 2015) “as missões católicas detêm o monopólio da educação dos pretendidos “não civilizados”, segundo os acordos concluídos entre Portugal e Vaticano, esta educação deve estar “conforme os princípios doutrinários da constituição portuguesa e seguir linha dos projetos e dos programas emanados do governo” (p. 44). Após de Conferencia de Berlim de 1884-1885 que exige a partilha de África entre potenciais europeus, o Portugal declarou suas colônias de províncias ultramarinas em 1951. Para poder manter seus negócios na Guiné, daí programaram vários postos comercias com a política econômica em direito de Portugal, como

---

<sup>13</sup> Guiné Portuguesa foi o nome designado de antiga região de Guiné, para distinguir com Guiné-Conacri ex-colônia francesa.

disse Salazar em 1930 “quando ainda ministro das colônias, consolidou um colonialismo centralizador, seguindo a convicção de que as colônias existiam em função do enriquecimento da grande burguesia metropolitana”. (AUGEL, 2007, p. 58). Então com a essa ideia aumentou o número de entreposto comercial começaram empregar os nativos mais assimilados considerados de civilizados para trabalhar na área administrativa dos postos, nos casos de cabo-verdianos que na sua maioria eram empregados de altos escalões portugueses, devido privilegio que receberam desde chegada dos portugueses no território guineense, e os que não terem perfil de assimilados era obrigado fazer trabalhos idêntico a dos escravos sem piedade, tortura, repressão, humilhação; a sociedade bissau guineense era separada em duas partes assimilados e não assimilados. Essa separação era verificado através da conduta, forma de vestuário, modo de viver, domínio da língua, cor da pele, cultura, nível escolar e pagamento de imposto. Ainda criaram escolas só para filhos de assimilados e servidores de português. Conforme Cá, 2015, havia duas escolas no território bissau guineense:

A escola central, controlada pelo Estado português, e a escola de missão católica, dirigida pelos religiosos católicos. Ambas as escolas eram públicas e gratuitas. Nas escolas das missões católicas, estudavam as crianças indígenas; nas escolas laicas – escolas centrais – dirigidas pelo Estado português, estudavam os filhos dos altos funcionários das colônias, filhos de assimilados cabo-verdianos e guineenses que serviam os colonizadores. (Cá Cristina, 2015, p.44)

Essa ideologia imposta pelo colonialista portuguesa de separar nativos guineenses e cabo-verdianos em termo social causou o ódio entre guineenses e guineenses com cabo-verdianos. Segundo Silva, António E. Duarte (1997 *apud* MONTEIRO, 2013) o Censo de 1950 realizado na Guiné-Bissau visava a distinguir os “indígenas”, os cidadãos portugueses e estrangeiros; as indicações são de que:

A população civilizada era composta 8.032 indivíduos, dos quais 7.954 eram cidadãos portugueses, dentre eles, 1.501 provinham da metrópole, 1.703 de Cabo Verde e os restantes 4.644 da própria Guiné-Bissau, e os 366 eram estrangeiros, dos quais cerca de 80 % eram libaneses. Desse total, 2.263 eram brancos, 4.568 eram mestiços, 1.470 negros e 11 indianos e a taxa de analfabetismo alcançava 43,54%. A restante população (cerca de 500.00 residentes era constituída por indígenas, distribuídos por cerca de trinta grupos étnicos, sendo balantas, fulas, manjacos, mandingas e papéis, decrescentemente, os mais numerosos. Em outras palavras, 99,7 % da população tinha estatuto indígena de produção (monocultura e amendoim) era totalmente nativa, a maioria da população civilizada vivia nas zonas urbanas ( SILVA António, 1997, p. 26-27 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 138).

Conforme Oramas, 1998, (*apud* MONTEIRO, 2013, p. 138) sobre a lei descrita no estatuto de indigenato afirma que:

O artigo segundo do Estatuto da Guiné Portuguesa estipula que todo o individuo de raça negra ou os seus descendentes, que não possuam algumas das características e dos costumes individuais e sociais requeridos para prestação do direito público e privado dos cidadãos portugueses não podem gozar desse direito. Em consequência o indígena não tem direitos políticos, não pode eleger nem depor, nem sair dos limites das regras estipuladas pelas autoridades [...]. E mais, para passar da condição de indígena à de cidadão deve ter um bom conhecimento da Língua Portuguesa e exercer uma profissão que lhe permita subvencionar as necessidades das pessoas o seu cargo (ORAMAS, 1998, p. 28 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 138).

Augel, 2007, descreveu ainda sobre estatuto de indigenato como era aplicado para bissau guineense:

O estatuto do indigenato era posto em pratica com a mão de ferro, separando clara e discriminadamente os “indígenas” da rarefeita camada dos “civilizados”- aqueles que falavam minimamente o português ou pelo menos o crioulo tinham adquirido hábitos urbanos e tinham o privilégio de um rudimento de escolarização. (...) (AUGEL, 2007, p. 59).

O estatuto do indigenato<sup>14</sup> tornou a maior ordem de repressão para os não civilizados por parte de PIDE<sup>15</sup> órgão de repressão portuguesa dirigido por “General António de Spínola, Governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné de Março de 1968 a de Setembro de 1973” (AUGEL, 2007, p. 59). Com a tortura constantemente nesse período por parte de PIDE levou a criação de vários movimentos clandestina pelos nativos guineenses para descolonização da Guiné na mão de colonialismo português, assim que surgiu MING – Movimento para a Independência Nacional da Guiné (1955); MLG<sup>16</sup> – Movimento de Libertação da Guiné (1958), dirigido por Rafael Barbosa e alguns membros pertencente etnia Manjaco; UPG – União Popular da Guiné; FLING – Frente de Libertação para a Independência da Guiné (1969); UNGP – União dos Naturais da Guiné-Portuguesa. Esses movimentos na sua maioria eram compostos por elementos pertencentes a uma só etnia, no caso de Movimento de Libertação da Guiné (MLG), no início a maioria dos associados eram Manjacos, porque depois que os portugueses tornaram-se aliados de alguns grupos étnicos, a sociedade bissau guineense tornou a desconfiar de um ao outro, por isso, com criação do

<sup>14</sup> “O estatuto de indigenato, que teve várias modificações desde a separação, em 1917, entre “indígenas” e “não indígenas”, foi sancionado em sua forma definitivamente em 1954 e acabou sua validade somente em 1961, quando se deu à tentativa demagógica e aliciante, fruto do desespero, da campanha da “Guiné Melhor”, levada a efeito pelo governador António de Spínola. (AUGEL, 2007, p. 59).

<sup>15</sup> PIDE - Policia Internacional para Defesa de Estado.

<sup>16</sup> Em Março de 1956, deu-se uma greve dos carregadores da Casa de Gouveia, nasceu o MLG e lançaram-se as bases do PAI – Partido Africano Para a Independência – já referenciado, será desta formação política que irá ser fundado o PAIGC, uns anos mais tarde. (SILVA e SANTOS, 2014, P. 35)



movimento alguns grupos achavam que era mais fácil ter no movimento pessoas da sua própria etnia para evitar traição.

A maioria dos movimentos foi fundada em Bissau clandestinamente e outros no exterior por razão de perseguição de PIDE. Só que esses movimentos na altura não tinham união para formar uma frente de luta contra o colonialismo português. Graças à chegada de Amílcar Lopes Cabral<sup>17</sup>, em 1952, com a sua nova ideologia política tudo mudou. Conseguiu unificar nativos guineenses com a ideia de formar a uma única ofensiva para lutar contra a colonização no território da Guiné e do Cabo Verde; ao mesmo tempo estava fazendo o serviço do governo colonial, mas com ideia de juntar seus irmãos guineenses e cabo-verdianos numa proposta de criar um único movimento para lutar contra a ocupação portuguesa, e também “pretendeu com alguns amigos constituir uma associação desportiva e recreativa de africanos, a pretensão foi indeferida” (SILVA; SANTOS, 2014, p. 35).

Recebeu o apoio significativo de Rafael Barbosa um dos líderes de movimentos mais fortes antes de chegada de Amílcar Lopes Cabral, Cabral por sua vez colocou Rafael Barbosa a frente de mobilização da população guineense para ter um único objetivo da luta, porque alguns movimentos não estavam satisfeitos com projeto de Amílcar Cabral, quanta unidade da Guiné e Cabo Verde. De que ele era Cabo verdiano seria difícil coligar, apesar de que ele nasceu na Guiné Bissau, mas no momento era difícil acreditar no projeto dele. Conforme Monteiro, 2013:

O motivo de existir vários movimentos é que as pessoas não concordavam com orientação que o PAI (GC) dava – unidade com Cabo Verde. Ainda por ser fundado por Cabo-verdianos. Por ter um líder esclarecido que sabia orientar as pessoas ganhamos grandes quantidades de adeptos. E em seguida Rafael Barbosa encabeçou as mobilizações. A escolha de Amílcar para ser dirigente era “consensual” no PAI por ter condições de mobilizar qualquer segmento social e além de ter uma larga experiência em relação aos demais. Para Elisée Turpin, Amílcar quase não se aparentava que não era da Guiné, pelo seu senso de humanismo que lhe tornava perfeito [...]. (MONTEIRO, 2013, p. 64).

---

<sup>17</sup> Um dos principais protagonistas da luta de libertação e de criação de PAIGC (Partido Africano Para a Independência da Guiné e de Cabo Verde) nasceu 12 de Setembro de 1924 em Bafatá (Guiné-Bissau, zona Leste do país), ficou até 1935/6, depois foi para Cabo Verde estudou no liceu S. Vicente onde fez ensino secundário de 1935/6 a 1945. Depois foi concedida uma bolsa para estudar na universidade de Lisboa de 1945 a 1952 fez agronomia. Em 1952 Amílcar Cabral voltou à Guiné Portuguesa onde trabalhou para governo colonial no recenseamento agrícola em pessubé. Morreu no dia 20 de Janeiro de 1973, em Conacri por elemento do seu próprio partido.

Depois que o projeto de Cabral foi recusado pelo governo colonial, porque achava que ele estava mobilizando a população para criar rebelião, foi precisamente mais tarde nos espaços desportivos que os nacionalistas guineenses costumavam reunir para acertar como fariam a luta contra os portugueses, e neste momento que Cabral abandonou Guiné para manter contatos com seus colegas africanos de Casa dos Estudantes do Império (CEI) e com países socialistas no caso de União Soviética, China, Cuba entre outros. Rafael Barbosa continuava a fazer trabalho de base com nacionalistas guineenses na distribuição de papel e na reunião constantemente sobre intenção do movimento, enquanto Cabral no exterior estava a manter contato no apoio de material de guerra e na formação dos seus militantes.

O Movimento da Libertação da Guiné (MLG), que ao longo do tempo transformou em Movimento para Libertação da Guiné e do Cabo Verde (MLGC), devido ao projeto conjunto de Cabral para libertação da Guiné e do Cabo Verde; e de MLGC surgiu PAI (Partido Africano Independente), que foi denominado mais tarde pelo PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), fundado no dia 19 de Setembro de 1956, por Amílcar Cabral e mais cinco companheiros, “num encontro que reúne Amílcar e o irmão Luís, Aristides Pereira, Fernando Fortes e Júlio Almeida (todos de Cabo Verde) e Elisée Turpin (natural da Guiné, mas com família no Senegal e na ainda Guiné francesa)” (CASTANHEIRA, 1995, p. 34). Vale ressaltar quanto à data de fundação do PAIGC, alguns autores até questionam sobre a presença ou não de Amílcar Cabral nesta data de fundação e outros quanto aos elementos que estavam presente neste primeiro encontro de fundação do partido, que nunca foi esclarecido de forma nitidamente na história da Guiné-Bissau.

Com a movimentação de nacionalistas guineenses deu-se a desconfiança do governo colonial. A repressão tornou-se ainda mais dura com aprisionamento dos acusados (caso de Rafael Barbosa que depois foi preso por suspeito de mobilizar as pessoas para criar rebelião). No dia 03 de Agosto de 1959, aconteceu o maior episódio da revolta e de sangramento na Guiné portuguesa, “uma greve geral de estivadores e marinheiros, trabalhadores do porto de Pindjiguiti, para protestar contra os baixos salários, foi brutalmente repelida pelas forças coloniais” (AUGEL, 2007, P. 61). Então com essa ação violenta impulsionou ainda mais o movimento de libertação numa rápida ação contra o colonialismo português e na chamada de emergência de Amílcar Cabral para Guiné. Segundo Monteiro, 2013, afirmou que:

O Massacre de Pindjiguiti, de 03 de agosto 1959, constitui-se num marco da repressão violenta que a administração colonial executou contra os marinheiros e estivadores no Cais de Pindjiguiti, devido a uma greve organizada por estes no intuito de reivindicar melhores condições de salário. [...] Dos estudos registrados pelo PAIGC, depreende-se que foram assassinados centenas de marinheiros pelos militares e civis portugueses. No entanto, o governo português tentou equacionar o problema reduzindo o número de vítimas. [...] Por outro lado, os colonialistas portugueses minimizam o cenário reconhecendo apenas sete mortos e 17 feridos. Observando a cena em que situamos esses acontecimentos políticos, podemos considerar que o Massacre do cais de Pindjiguiti constitui o motor que impulsionou a luta armada na Guiné-Bissau. (MONTEIRO, 2013, p. 145-146)

Massacre de Pindjiguiti proporcionou uma ação urgente de PAIGC para desenvolver a luta contra atos de repressão por parte dos portugueses, Amílcar Cabral depois de ter recebido informação sobre 3 de Agosto de 1959, “convocou a reunião junto com alguns nacionalistas de várias colônias como Viriato Cruz para uma reunião de consulta e estudo para desenvolvimento de luta na colônias portuguesas, reunião que se realizou no quarto de Marcelino dos Santos, em Paris” (SILVA; SANTOS, 2014, p. 36). Ao sair da reunião Cabral continuava seu contato com os países aliados no sentido de apoiar partido de forma que poderia enfrentar a luta, viajou muito para países africanos que na altura estavam independentes em busca de apoio e da solução de como poderia chegar ao governo colonial português, para negociar a descolonização nos territórios da Guiné e do Cabo Verde. Como afirma SILVA; SANTOS, 2014:

Em Outubro de 1960, o PAIGC dirigiu uma declaração ao governo português reivindicado a autodeterminação da Guiné e de Cabo Verde, propondo negociações desse objetivo por meios pacíficos. Salazar não respondeu, e os movimentos de libertação passaram a ser tratados como “organizações terroristas a soldo de potencia estrangeiras”. Em Dezembro desse mesmo ano, os principais dirigentes dos movimentos de libertação das colônias portuguesa realizaram uma conferencia em Londres de onde partiu o apelo do governo português realizam para aceitar negociações, deixando bem claro que, caso contraria, solução seria a via da luta armada. Permite o silencio de Salazar, acentuou-se a atividade clandestina, Rafael Barbosa e os colaboradores continuaram a recrutar homens. Também nesse mês de Dezembro saiu o primeiro numero de jornal “Libertação”, datilografado e reproduzindo em duplicadora, era o órgão informativo do PAIGC. Resta acrescentar por que esse tempo o PAIGC começou a sofrer baixas na sua ação clandestina com prisão de alguns dirigentes locais, mais baixas tiveram lugar em Fevereiro de 1961 com a prisão, entre outros de Fernando Fortes e Epifânio Souto Amado (SILVA; SANTOS, 2014, p. 37).

Tudo indica que Cabral no início queria tomar independência por via pacífica igual ao Senegal<sup>18</sup>, mas Salazar não respeitou a negociação com movimento anticolonialista considerando ainda que movimento da libertação era “organização terrorista”, preocupava

---

<sup>18</sup> Senegal país africano situado na Costa Ocidental da África, ex-colônia francesa que tomou sua independência por via pacífico no dia 4 de Abril de 1960, com presidente Leopold Senghor, faz fronteira com Guiné-Bissau na zona norte do país.

mais com seu projeto de explorar território guineense, devido interesse que o Portugal tinha na região da Guiné.

Cabral nunca desistiu de negociação continuava a fazer seu trabalho mesmo fora de país, mas com contato direto com Rafael Barbosa e outros membros de movimento de Libertação, na década sessenta o partido tinha outra proposta de criar um novo movimento talvez que pudesse conseguir negociação com governo colonial, para descolonizar território guineense e cabo-verdiano para os nativos pudessem viver em paz, sem dominação estrangeira. Segundo Silva e Santos, (2014), em 1961 surgiu outra possibilidade de negociação com governo colonial portuguesa:

Do Senegal chegavam até Cabral informações inquietantes, sob a égide de Senghor, fora criado um novo movimento, a UNGP- União dos Naturais da Guiné Portuguesa, que seria alvo para negociar com o governo português um processo de “autonomia evolutiva” da Guiné, que era o móbil da diplomacia portuguesa através da Operação Camaleão. O dirigente da UNGP Benjamim Pinto Bull chegou a ter duas audiências com Salazar, aparentemente este teria aplaudido e prometera viabilizar tal processo de “autonomia evolutiva”, o que de facto não veio acontecer. A subversão prosseguiu com bastante sucesso no Sul da Guiné, altamente favorecida pelas condições geográficas, também pela escassa presença de colonos e de efetivos militares. [...] Em resultado da oferta da Republica popular da China para formar guerrilheiros, começaram a chegar à Guiné-Conacri, em 1962, os primeiros jovens que tinham tido preparação militar em território chinês. Eles irão ser os principais comandantes da guerrilha em determinados pontos da Guiné e alguns deles tornar-se-ão dirigentes influentes. Será caso de Domingos Ramos, Osvaldo Vieira, Rui Djassi, Vitorino Costa, Constantino Teixeira, Manuel Saturnino Costa, João Bernardo Vieira (Nino) e Francisco Mendes (Chico Té). Um outro grupo partiu para receber treino militar e teoria politica, estarão ali também futuros dirigentes como será o caso de Vitor Saúde Maria. Estes quadros da guerrilha passarão a estar em contato direto com Amílcar Cabral em Conacri. No interior da Guiné Portuguesa prossegue ativa a mentalização e a mobilização de apoio à luta armada. Em 1962, a PIDE provoca um enorme abalo às estruturas clandestinas do PAIGC, assaltou a sede, apreendeu a lista dos militantes, a mais de 1000 foram detidos. No Morés, no Centro-Norte, a resistência tornou-se bastante forte. (SILVA e SANTOS, 2014, p. 38-39).

O PAIGC com chegada dos militares guineenses e dos Cabo-verdianos formados na República Popular da China sentiu a base para prosseguir a luta contra colonialistas portugueses e a tensão da luta já estava muito forte devido a pressionamento de alguns militantes do partido e também de rejeitar a negociação com movimento de libertação fez com que o partido escalou seus homens no interior do país, onde futuramente irá começar a guerra.

Amílcar Cabral sempre mostrava sua capacidade de dirigir a luta com pessoas formadas para alcançar seu objetivo por isso, que sempre dedicava à formação para seus povos, e a educação

pra ele era fator primordial antes de desenvolver qualquer tipo de ação. Portanto insistiu na educação dos militantes do partido, mesmo no decorrer da guerra, havia escolas nas zonas libertadas, outra em Guiné-Conacri conhecida da escola de piloto, que tem objetivo de formar filhos de combatentes de liberdade da pátria. Amílcar Cabral ciente e convencido para começar a luta desenhou o mapa de como irá ser operação de ataque. Conforme Silva e Santos, 2014:

Amílcar Cabral, confrontado com os quadros preparados na China, traça a estratégia ofensiva. Antes de iniciar a luta armada, dividiu a Guiné em zonas operacionais, atribuindo a direção politico-militar aos seguintes comandantes: 1- Zona Sul, dirigido por Nino Vieira, incluía Unal, Quitáfine, Cubucaré, Bolama e Como; 2- Zona Centro-Sul, a sul do Geba, dirigida por Rui Djassi, incluía Quínara, Tite, Cubisseco, Buba e N'Djassini; 3- Zona do Xitole, dirigida por Domingos Ramos, incluía o Xitole e Bafatá; 4- Zona Norte, dirigida por Osvaldo Vieira, Chico Mendes e Manuel Saturnino Costa, incluía o Oio, com sede no Morés; 5- Zona Leste, dirigida por Vitorino Costa e os seus adjunto Pascoal Alves e Bobo Queitá, com sede no Gabú, era considerada pelo PAIGC a zona mais difícil pelo facto de muitos régulos fulas manterem uma grande fidelidade às autoridades portuguesas; 6- Zona Zero, dirigida por Luciano N'Dau, Constantino Teixeira e Pedro Ramos, com sede em Bissau. (SILVA e SANTOS, 2014, p. 39).

A estrutura de ataque na Guiné Portuguesa dirigido pelo secretário geral do partido Amílcar Lopes Cabral (Abel Djassi), um ano antes do início a guerra da libertação nacional na atual Guiné-Bissau, logo após no dia 23 de Janeiro de 1963 começou a guerra, no Sul de país onde militante de movimento da libertação atacou quartel de Tite, base do exército português, a razão era de resgatar seus colegas que estavam presos durante muito tempo naquele quartel e ataque convencional em todo território do país deu em 1969. Os primeiros armamentos e munições do PAIGC vieram de Marrocos por via Conacri, apesar de insuficiente para desenvolver a guerra contra portugueses, mas mesmo assim nativos guineenses usaram vários instrumentos para enfrentar a luta, no caso de catana, faca e entre outros objetos usados para assaltar quartel de Tite. De lá conseguiram recuperar seus colegas e armamentos dos portugueses para seus usos, a luta intensificou bastante. Os portugueses ficaram surpreendidos com o ataque no quartel de Tite. Perderam os soldados decidiram lutar contra movimento de libertação nacional, esse momento transformou numa tensão por ambos os lados. O ataque do movimento da libertação tornou sucessivamente cada vez mais intenso para expulsar colonialistas portugueses no território da Guiné e do Cabo Verde. Conforme CABRAL, 1974, (*apud* MONTEIRO, 2013, P. 62):

O objetivo fundamental da nossa resistência armada é realizar aquilo que não conseguimos só com a política – a independência, a paz, a justiça e o progresso

[...]. No quadro do destino do nosso povo, que nós próprios estamos a criar, o nosso partido é que tem a missão de através da resistência política, econômica, cultural abrir o caminho para o nosso povo, garantir a segurança necessária e a certeza de que amanhã há de viver no progresso (CABRAL, 1974, p. 241/242 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 62).

É de enfatizar que o movimento da libertação da Guiné e do Cabo Verde, solicitou várias vezes encontro para negociar questão das colônias com Salazar, mas nunca foi atendido devido à ambição do governo português. Isso levou o partido a tomar sua decisão de aderir conflito para arrancar tudo deles nas mãos dos colonialistas portugueses e de bani-los definitivamente do território guineense e do cabo-verdiano.

O século XX tornou emancipação dos países africanos nas mãos de colonialistas europeus, principalmente a independência de Gana foi o primeiro estado de África subsaariana a tornar independente abriu caminho para outros países africanos lutarem na conquista da sua soberania. É assim que Amílcar Cabral desenvolveu a luta com dois povos num só projeto de liberdade.

Por outro lado o início da luta de libertação da Guiné e do Cabo Verde coincide com a criação de OUA (Organização da Unidade Africana), fundado no dia 25 de Maio de 1963, em Adis Abeba, (Capital de Etiópia). Organização que mais tarde foi substituída pela UA (Unidade Africana), que um dos seus objetivos é de banir colonialistas no território africano, manter paz e segurança entre países membros e desenvolver o comércio entre estados como fator de desenvolvimento. Nessa organização Amílcar Lopes Cabral participou várias vezes nas reuniões de tomadas das decisões sobre a luta pela independência dos estados africanos e de apoio dos materiais suscetíveis para desenvolver a luta nos países que estavam em processo de emancipação.

No caso da Guiné-Bissau a luta foi desenvolvida durante 11 anos para pôr fim de domínio português no solo guineense, com ataque intenso devido armamentos doados pelos países socialistas e os países africanos. Como apontou Monteiro, 2013:

(...) o PAIGC recebeu apoio de vários países, em particular os países socialistas, a exemplo da então URSS e Cuba, que foram significativos no desenvolvimento da

luta contra o domínio colonial português na conquista da soberania. [...] Havia também uma forte articulação com outros países, como Checoslováquia, China, Bulgária, Hungria, Alemanha Oriental, Noruega, da Suécia, etc., no sentido de formação política, treinamento militar e de suporte do abastecimento material para o desenvolvimento da luta armada. [...] Importante destacar, neste cenário de apoios, a significativa contribuição dos países africanos independentes, tais como Líbia (1952), Marrocos (1956), Gana (1957), Guiné Conacri (1958), Senegal (1960), Congo (1960) e Argélia (1962), dentre outros, que constituíram-se em importantes baluartes no desenvolvimento das estratégias de lutas e na preparação de militantes políticos na luta pela independência da Guiné Bissau. (MONTEIRO, 2013, p. 180-181)

É de salientar que estes países acima citados deram bastantes contribuições para a independência da Guiné e do Cabo Verde, não só no apoio de armamento de guerra, como também, na formação dos quadros militares e políticos. Ainda hoje o laço histórico de amizade é muito forte entre os dois países e cooperação intensificou em diversas áreas para o desenvolvimento da Guiné-Bissau.

No período da guerra da libertação nacional mesmo com unidade de luta entre guineenses e cabo-verdianos havia problemas internos dentro do partido, que era preocupação maior de Cabral desde início sempre teve a ideia de harmonizar os militantes para uma luta com um único inimigo. Entretanto o que consta na colocação dos homens na linha frente é que “existe só bissau-guineenses na linha de frente da guerra e que cabo-verdianos ficariam em Cabo Verde ou no quartel general de Conacri” (MONTEIRO, 2013, p. 179). Essa problematização começou a trazer desconfiança de que os cabo-verdianos estavam a ser protegidos e privilegiados de não participarem na frente da luta, e outra questão que era importante destacar neste trabalho tem a ver com o abuso de poder por parte de alguns militares guineenses e cabo-verdianos. Isso chamou a atenção para realização do primeiro congresso de Cassaca na zona libertada no sul de país para discutir certos problemas ocorridos no seio de partido. Segundo Castanheiro, 1995 (*apud* MONTEIRO, 2013, p. 179):

Em 1964, no Congresso de Cassacá, criou-se o cargo de presidente do Comitê Central, sob a proposta de Cabral, foi eleito Rafael Barbosa, um bissau-guineense que nunca viria a exercer as funções devido ao seu afastamento do partido. Tinham medo que alguém fizesse sombra à Amílcar Cabral, acusa Rafael Barbosa”. Daí em diante a liderança militar era religiosamente dividida, ou seja, uma espécie de marcação homem a homem. Nino Vieira, *apud* (Castanheira, 1995, p.164/165) afirma: a frente de combate era dividida em três: a frente leste, comandada pelo Osvaldo Vieira e pelo Amílcar Cabral, a Sul, por mim e pelo Aristides Pereira, e a Norte, pelo Chico Mendes e pelo Luís Cabral, mas ainda tinha

o Pedro Pires que também estava na frente leste. Todos pertenciam ao Conselho de Guerra (CASTANHEIRA, 1995 *apud* MONTEIRO, 2013, p.179).

Ainda Monteiro, 2013, na entrevista com testemunha José Lopes ex-combatente de liberdade da pátria guineense, sobre Congresso de Cassacá falou que:

O Congresso de Cassacá foi organizado para discutir a questão de feitiçaria. Muitos combatentes acusavam os homens da tabanca de feitiçaria, quem fosse acusado era fuzilado e o acusador casava com a mulher do acusado. Cabral foi avisado sobre o ato. Imediatamente ele organizou o congresso de Cassacá. Uma das decisões do congresso era mandar matar os combatentes que acusavam outros de feitiçaria, efetuar prisões e transferências dos acusados. (LOPES, José, *apud* MONTEIRO Odila Artemisa, 2013, p.174)

Portanto o congresso de Cassacá traz solução para o partido e na punição de qualquer combatente que usa o poder para fazer outro mal. Foi nesse congresso que foi aprovado a pena de morte para qualquer acusador que não tinha prova sólida contra outra pessoa. Já com a decisão tomada à luta progrediu cada vez mais contra os portugueses e o comportamento das pessoas mudou bastante devido a implantação da lei dentro do Partido.

**Figura 3:** Imagem das chefias militares guineenses.



Foto na zona libertada pleno a reunião das chefias militares do partido, tirada pela Bruna Polimeni, fotografa jornalista, italiana pela liberdade da pátria na Guiné Portuguesa em 1970.



Com a reorganização do partido a luta avançou com muito destaque os portugueses já sentiam ameaçados e na perda dos seus soldados. Voltaram a ter ideia de renegociar a luta com o PAIGC, na altura os combatentes não queriam negociação, porque estavam cientes de que irão expulsar os portugueses na Guiné. Por isso, incentivou ataque mais acelerado até sentir que a independência já estava próxima para acontecer pela retirada dos portugueses. Amílcar Lopes Cabral desde o início da luta residia na Guiné Conacri por motivos de segurança, devido ameaça da PIDE. Mentor da luta de Libertação da Guiné e do Cabo Verde, no dia 20 de Janeiro de 1973 Cabral foi assassinado com 49 anos de idade em Conacri (Capital da República de Guiné, ex-colônia francesa), por um grupo de ingressantes de PAIGC, que tinha várias explicações sobre a morte. Alguns autores apontam diversas explicações sobre assassinato de Amílcar Cabral, José Pedro Castanheiro, jornalista português na década 90 descreveu como foi à morte de Cabral em Conacri:

São 23 horas. Depois de ter dançado com Ana Maria na noite polaca, Amílcar regressa a casa. Ao volante do seu Volkswagen, percorre a dezena de quilómetros que vão do centro de Conacri à Cité Minière. (...) Quando manobra para arrumar o carro no telheiro que serve de garagem, Amílcar e Ana são encadeados por dois potentes de faróis. É um jeep do partido, de onde saltam vários militantes armados. Um deles é Inocêncio Cani, um veterano do PAIGC, ex-membro do comité central e ex-comandante de Marinha de Guerra. Depois de uma ríspida troca de palavras, Cani dá instruções para amarrarem o secretário-geral com uma corda. <<Não, não me atarão. Podem-me matar, mas não consinto que me atem>>, terá ripostado Amílcar, segundo o relato da única testemunha presencial viúva, Ana Maria. Nervoso, impaciente, surpreendido com a resistência de Cabral, Cani dispara a pistola à queima-roupa. Atingido no fígado, Cabral cai. Apelando às suas derradeiras forças, consegue sentar-se; chama por Ana Maria e desafia os adversários para um diálogo: <<Se há divergências, é necessários discutir...>> Enfurecido, Cani abafalhe a voz: <<Ainda falas?>> A um sinal seu, um companheiro dispara uma curta rajada de metralhadora AK: atingido na cabeça, Amílcar Cabral morre. Nos bolsos, um papel com as primeiras linhas de uma carta para uma das filhas e uns apontamentos para um livro em preparação. (CASTANHEIRA, 1995, p. 82-83)

Amílcar Cabral mesmo sentia de que não ia assistir a independência dos territórios que projetaram a luta pelas suas liberdades nas mãos dos portugueses. Porque havia pessoas no partido com ambição maior de ocupar maior cargo, mesmo pleno a luta assim como depois da independência, podemos até acreditar em uma questão que levou a morte dele, um dos discursos que fez na véspera da independência, que disse: *“estamos nesse momento da luta aceitamos todas as pessoas na fileira do partido, mas saiba que estamos com traidores”*. Por outro lado, ele dizia *“estamos na luta, mas depois da independência nem todas as pessoas que irão assumir o cargo na Guiné-Bissau. Se você é carpinteiro vai continuar exercer o seu trabalho é mesma coisa para quem é engenheiro”*. Esse é um dos últimos discursos que ele fez nos anos setentas, muitos combatentes não ficaram bem com seu discurso, mesmo ele

numa das suas conversas com seus colegas da luta dizia “Se um dia for assassinado, sê-lo-ei, provavelmente, por um homem do meu povo, do partido e talvez mesmo da primeira hora...” (CASTANHEIRA, 1995, p. 81). Foi isso que aconteceu com ele mesmo em Conacri, os próprios militantes do PAIGC que matou Amílcar Cabral, podia até ser colaboração com outro partido ou movimentos, mas o que de fato ele foi morto pelos militantes do seu partido. Ainda conforme Monteiro, 2013, p. 197, relatou sobre a morte de Cabral e de principais suspeitos pelo assassinato:

Os principais suspeitos da execução de Amílcar Cabral (Momo Turé, João Tomás, Soares da Gama, Inocêncio Kanni), tendo como porta-voz do grupo Momo Turé, dirigiram-se a Sekou Turé para explicar as circunstâncias da morte de Cabral, afirmando, “nós somos parte do grupo responsável supremo da revolução, e viemos assumir nossas responsabilidades. É preciso descartar Cabral, mesmo se é pra matar-lhe se for preciso, para salvar o nosso país” (FUNDAÇÃO, 1973, p. 62); isso levantou várias indagações dos jornalistas e representantes internacionais em Conacri, sobre o fato que justificaria tal declaração. Mas é no impasse ideológico entre Amílcar Cabral e Sekou Turé, no tocante à construção da Grande Guiné, que alguma literatura justifica a convivência do presidente de Conacri no assassinato do líder bissau-guineense. Um dos relatos citados no trabalho de José Pedro Castanheira enfatiza que a concessão de auxílio ao PAIGC em Conacri estaria no bojo do Projeto da Grande Guiné, isto é, de que Guiné Conacri e Guiné-Bissau fossem reunidas num Estado Federal, depois da independência da Guiné-Bissau, proposta esta rejeitada por Amílcar Cabral; este fato foi apontado como sendo um dos motivos de Sekou Turé desejar a morte de Amílcar Cabral para que tivesse margem para viabilizar o projeto Grande Guiné. (MONTEIRO, 2013, P. 197)

Com a morte de secretário geral do partido, o partido convocou segunda reunião para abrir inquérito sobre morte. Também apurou a questão de como vai ser tomada de independência e das pessoas que irão assumir governo de país. Então dia 24 de Setembro de 1973, o partido proclamou sua independência unilateralmente em Madina de Boé, sendo reconhecida pelo ONU e muitos países membros na altura. “Em 2 de Novembro seguinte, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu a República da Guiné-Bissau, por 93 votos a favor, 7 contra e 30 abstenções” (RIZZI, 2014, p. 62). Vale ressaltar que neste momento o Brasil não apoia a independência da Guiné-Bissau, pois, a política do Brasil, nesta altura estava ligada com mundo capitalista, para além de governo no momento pertencia ao regime militar. Um ano depois devido revolução de Cravos<sup>19</sup> o Portugal reconheceu a independência da Guiné-Bissau no dia 10 de Setembro de 1974, e passou a ser a primeira colônia portuguesa na África tornou independente de Portugal. Segundo Kamilla Raquel Rizzi, um ano após de independência,

<sup>19</sup> O PAIGC e a luta na Guiné-Portuguesa foram o evento mais decisivo que levaram à revolução de 25 de Abril em Portugal. Análises do MFA da situação de Portugal concentraram-se primeiro sobre os desenvolvimentos na Guiné, onde a influencia dos jovens oficiais de Amílcar Cabral tinha sido profunda. (ARNOLD, 2005 apud RIZZI, 2014, p. 62).

unilateralmente, “o Brasil também foi o primeiro país do Ocidente a reconhecer a independência da República da Guiné-Bissau, em 18 de Julho de 1974 (antes mesmo da aceitação da independência por parte de Portugal)” (Brasil, 1974, *apud* RIZZI, 2014, p. 110). Com a independência “o Luís Cabral foi nomeado Presidente do Conselho do Estado, cargo compatível à presidência do Estado” (MONTEIRO, 2013, p. 199). A independência da Guiné-Bissau abriu a porta para as independências das outras colônias portuguesas na África (Angola, 11/11/1975; Cabo Verde, 5/07/1975; Moçambique, 25/06/1975 e São Tomé e Príncipe, 12/07/1975).

A partir de momento que a Guiné-Bissau tornou-se independente de Portugal, o país passou a ser governado pelo Presidente Luís Cabral irmão de Amílcar Cabral de 1973 a 1980. Durante governação de Luís Cabral foi acusado de assassinar nativos guineenses que lutaram ao lado de português, pelo desvio de recurso do país para sustentar Cabo Verde, desenvolveu a educação cabo-verdiana (ao passo que na Guiné Bissau o número de analfabeto era alto) e garantir bolsa de estudo para os cabo-verdianos. Os fatos geram tensões por parte de alguns combatentes da liberdade de pátria guineenses para aderir 14 de Novembro 1980, “o movimento reajustador” liderado pelo João Bernardo Nino Vieira, (Ministro da Defesa) derrubou governo de Luís Cabral, marca primeiro golpe de estado na Guiné-Bissau. Luís foi asilado em Portugal e Nino assumiu presidência da República de 1980 a 1998 começou governar com a mão de ferro, prendeu muitas pessoas que tinham discursos ao contrário dele, alguns eram elencos da governação de Luís Cabral a razão que estes queriam fazer um golpe contra seu governo. Outros foram mortos, ninguém pode falar mal de governação senão a pessoa vai ser morta, centralizou o poder na mão dele e da sua família. Durante este período não havia a democracia pluralista o poder centralizado num único partido, PAIGC, que lutou pela independência da Guiné e Cabo Verde.

Em 1991 houve abertura partidária, porque teve muito questionamento que desde independência só tinha um único partido a governar o país. Que não estava a trazer o desenvolvimento para estado, resolveu abrir a primeira eleição multipartidária em 1994, onde o Nino ganhou eleição e foi eleito como primeiro presidente guineense democraticamente.

No dia 07 de Junho de 1998, Nino foi deposto pelo militares sob a liderança de Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas Brigadeiro Ansumane Mané, que reivindicam ao melhor condição da vida e melhoramento de casernas. Com o segundo golpe Nino foi asilado

em Portugal, Malam Bacai assumiu presidência da República interinamente sendo presidente de Assembleia Nacional Popular (ANP/Parlamento), até data prevista para realizar uma nova eleição presidencial que veio acontecer em 2000 onde o líder do Partido de Renovação Social (PRS) Kumba Yalá, saiu vencido na eleição. Durante a sua governação o país tinha ainda um retrocesso maior devido greve dos professores, dos funcionários públicos, vendeu um dos maiores patrimônios de estado o Hotel-Bissau, para presidente da Líbia Muammar Al-Gaddafi, trocou mais de três Ministros<sup>20</sup>, falta de pagamentos, além da dívida externa que o país acumulou perseguição entre militares e políticos. O país perdeu o seu rumo o Presidente da República Kumba Yalá não teve um bom diálogo com movimentos grevistas principalmente a greve dos professores no qual falou mal a estes de que *“não quiseram dar aulas estão reclamar de uma dívida que não foi do seu governo”*. Foi precisamente nesse ano eu estava estudar 6º ano, na Escola Justado Vieira. Falta de competência de Kumba Yalá e do seu governo acabou por criar crise demasiada no país. Também o governo dele foi acusado de nomear só pessoa da sua etnia que se chama governo de Balantalização<sup>21</sup>.

É de lembrar que foi no governo de presidente Kumba Yalá que morreu Brigadeiro General Ansumane Mané, por ter desconfiado a planejar o golpe de estado e de desrespeitar a ordem de Presidente da República, quanto à atribuição de patente por alguns oficiais militares, que não concordou e mandou todos militares promovidos a devolver o patente o fato que culminou a sua morte. No dia 14 de Setembro de ano 2003, houve terceira golpe de estado no qual Kumba Yalá foi deposto por novo Chefe do Estado Maior General de Força Armada Veríssimo Correia Seabra, que substituiu Brigadeiro Ansumane Mane depois da morte. Com afastamento de ex-presidente da República Kumba Yalá, foi indicado Henrique Pereira Rosa, como presidente interinamente homem conhecido de paz, religioso que nunca estava envolvida no cenário político guineense. Dirigiu o país até ano 2005 marcado para eleição presidências, nesse governo de Henrique P. Rosa, morreu ex-chefe de Estado Maior General Veríssimo Correia Seabra, por um grupo de exércitos revoltados que foram manter a paz na Libéria, que depois não receberam os seus dinheiros, desconfiados que o Chefe desviou o dinheiro cedido para pagar exércitos que cumprirem a ordem da paz durante a guerra da Libéria. Ainda rolou um relato que disse Veríssimo comprou a cama mais cara na loja iraniana no país para sua esposa, isso levou a morte junto com seu oficial Domingos de Barros. O João Bernardo Nino Vieira, que foi asilado durante muito tempo em Portugal,

---

<sup>20</sup> No caso da constituição da República da Guiné-Bissau, o 1º Ministro ele que é chefe do governo.

<sup>21</sup> Tendência de privilegiar políticos da sua etnia (Balanta).

regressou ao país no ano 2005 para disputar a eleição presidências, onde recebeu apoio na segunda volta de dois políticos influentes: o ex-presidente da República Kumba Yalá e o ex-1º Ministro de transição José Fadul. Contra Malam Bacai Sanhá.

Nesta eleição Nino saiu como vencedor, governou o país até 2009, onde foi assassinado dia 02 de Março na sua residência por um grupo de pessoas armados e fardados que até hoje não foram pronunciados de que entidade da segurança este grupo pertence e o General Tagme Na Waie, morreu no dia 01 do mesmo mês e ano, os dois foram mortos brutalmente. No mesmo ano, dia 05 e 06 de Junho foram mortos dois grandes figuras políticos guineense do mesmo partido PAIGC, Baciro Dabó e Helder Proença no decorrer de campanha para eleição presidência, que até hoje justiça da Guiné está de silêncio sem alguma investigação para apurar causa da morte, o país marcou quarto golpe de estados. Com a morte de ex-presidente Nino Vieira, o Raimundo Pereira na altura presidente de ANP, assumiu cargo de presidente da República, até próxima eleição do mesmo ano, que depois foi vencido pelo Malam Bacai Sanhá, no dia 01 de Abril de 2010, Presidente Malam Bacai Sanha e o seu 1º Ministro Carlos Gomes Junior foram presos pelos exércitos do país que depois de algumas horas foram liberados. O motivo era de resgatar o ex-chefe de Marinha de Guerra da Guiné-Bissau, Almirante José Américo Bubo Na Tchuto<sup>22</sup>, que estava asilado na instituição das Nações Unidas no país a mais de um ano. Em Janeiro de 2012, com a morte de falecido presidente Malam Bacai Sanhá na França, por uma doença acometida de longo tempo, Raimundo Pereira assumiu presidente da República de novo, com o seu 1º Ministro Carlos Gomes Junior, no dia 12 de Abril foram depostos marcou quinto golpe de estado. O ex-presidente de Assembleia Nacional Popular Manuel Serifo Nhamadjo assumiu presidência da República, com seu 1º Ministro Rui Duarte de Barros, para governar o país interinamente, mas com orientação dos militares e alguns políticos golpistas.

A história da Guiné-Bissau, desde a sua independência até data presente nenhum presidente conseguiu completar o seu mandato, devido à instabilidade político no país. O problema central da Guiné-Bissau é a disputa de poder, quando um político não consegue o cargo no governo ou eleger vai começar procurar o apoio nas Forças Armadas para criar instabilidade no país. O país com 43 anos da independência não conseguiu ainda consolidar a sua independência, só vive de ajuda externa, devida sucessivamente e má política. Se não é golpe

---

<sup>22</sup> Almirante José Américo Bubo Na Tchuto, que foi detido desde 2012, pelo CIA Americano por ter envolvida no tráfico de droga e na morte de um americano na Guiné-Bissau.

de estado, contra golpe ou então tentativa a perseguição é mais comum entre políticos guineenses.

## CAPÍTULO 2 - FORMAÇÃO DO ESTADO NAÇÃO E AS DINÂMICAS DO DESENVOLVIMENTO NA GUINÉ-BISSAU

*Diplomacia sem política não passa de conduta vazia, movimento sem rumo, ação externa sem estratégia de realização de interesses nacionais e mesmos coletivos. Cabe à política exterior agregar os interesses, os valores e as pretendidas regras do ordenamento global, da integração ou da relação bilateral isto é, prover o conteúdo da diplomacia desde uma perspectiva interna, quer seja nacional, regional, quer seja universal. (CERVO, 2008, apud RIZZI, 2014, p. 235)*

Neste capítulo procuro trazer a preocupação e contatos de novos dirigentes da Guiné-Bissau, no período pós-independência na formação do estado e de seus jovens, que Amílcar Cabral sempre dizia futuros dirigentes do país.

Com a independência, o país recebia muitos materiais dos países aliados para construção do novo estado nação, mas não tinha o número significativo de formados para manejar as máquinas oferecidas pelos países socialistas, devido à falta de oportunidade da formação no período colonial, que os guineenses não tinham em relação aos cabo-verdianos. Isso obrigou novos dirigentes guineenses a uma política de cooperação com países mais desenvolvidos na formação dos seus jovens, caso do Brasil que um dos caminhos encontrados para educação e formação dos estudantes guineenses desde 1974 até data presente.

### 2.1 RELAÇÕES BRASIL E GUINÉ-BISSAU: FORMAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO

O ano de “1974”<sup>23</sup> marcou o início de cooperação bilateral entre República da Guiné-Bissau e do Brasil. O Brasil por sua vez, abraçou a cooperação no sentido de corrigir o erro do passado de não reconhecimento da independência da Guiné-Bissau unilateralmente em 1973, esses acordos de cooperações nos seus primeiros momentos eram centralizados na educação, formação técnica (agricultura), comércio, gestão pública, entre outros. Para formar os jovens guineenses que depois voltarão para participar ativamente no processo do desenvolvimento da nação.

---

<sup>23</sup>(Brasil, 1974 apud RIZZI, 2014, p. 110).

Na medida em que o país estava na sua fase de construção necessita de apoio em diversas áreas de formação a fim de poder consolidar a sua independência. Então, foi nesse âmbito que o Brasil cedeu o apoio significativo a Guiné-Bissau, por que os dois países tinham uma história comum, desde escravidão, colonização, prática cultural, diversidade étnica e a língua portuguesa que é oficial nos dois países. Isso merece uma aproximação para dois estados partilharem seus negócios, na reciprocidade dos seus produtos e dos saberes para o desenvolvimento de dois estados.

Nesta linha de cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau fez com que os dois chefes de estados na altura fizeram a visita nos dois países, “o presidente João Figueiredo visitou a Guiné-Bissau em Novembro de 1983, e presidente João Bernardo Nino Vieira visitou o Brasil, em Julho de 1984” (RIZZI, 2014, p. 118). Ambos eram militares, neste encontro os dois presidentes decidiram intensificar a cooperação para ter mais acesso ao desenvolvimento dos programas acordados nas diversas áreas de formação. Segundo o embaixador brasileiro Arthur V.C. Mayer *apud* CÁ, 2009, a embaixada do Brasil na Guiné-Bissau existe desde 1975, sempre voltada para o fortalecimento e diversificação das relações entre os dois países, as quais sempre foram marcadas pela amizade e cooperação (CÁ, 2009, p. 86). O Brasil não só mantinha a cooperação com a Guiné-Bissau neste período, mas havia acordos de cooperações desde década de 1960, entre Brasil e os países africanos principalmente de “África Subsahariana” como forma de difundir o mercado brasileiro a nível internacional em desenvolvimento do Brasil. Conforme Gusmão, 2008, *apud* CÁ, Cristina, 2009:

A instalação das primeiras embaixadas no continente africano, na década de 1960, permitiu que o Brasil estabelecesse acordos de cooperação cultural e técnica com alguns países da África Subsahariana. A partir daí se inicia a emigração estudantil para o Brasil. O primeiro grupo de estudantes africanos veio ao Brasil na década de 1960 e era constituído por 16 estudantes do Senegal, Gana, Camarões e Cabo Verde. Entretanto é com a implementação do PEC-G nos finais dos anos 70 que a presença dos estudantes africanos nas universidades brasileiras se tornou significativas. Trata-se de um período que a universidade e pesquisa se consolidam no Brasil e os PALOP conquistam suas independências nacionais. (GUSMÃO, 2008, p. 5-6 *apud* CÁ, 2009, p. 84).

Este reconhecimento do Brasil com países de onde vieram os africanos que participem na formação da sociedade brasileira, no âmbito do Brasil formar e qualificar seus estudantes, é uma tentativa de retribuir a contribuição o que seus antepassados fizeram na construção e na formação da sociedade brasileira. Conforme THEREZINHA de Castro, (*apud* SUBUHANA, 2005, p. 37):



Se a África perdeu, no seu passado, uma boa parte de seus habitantes, que ajudaram com o seu trabalho e seu sangue a criar o Brasil, os brasileiros estão hoje cooperando para reerguer a África. A presença negra na formação étnica e cultural de nosso país é dos fatores que mais fortemente [impulsionaram] a abertura do Brasil para a África e da África para o Brasil (CASTRO, *apud* SUBUAHANA, 2005, p. 37).

O Brasil hoje procura aproximar cada vez mais da África principalmente dos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP), no sentido de desenvolver suas atividades políticas, econômicas, educacionais, culturais e comerciais com seus irmãos que sofreram a mesma dominação portuguesa. Para fortalecer o laço histórico marcado pela escravidão, entre colônias portuguesas.

É nesse sentido que o Brasil começou a instalar suas embaixadas nestes países para intensificar mais contatos no que exige uma relação de interdependência a favor do desenvolvimento das nações. A partir de momento que foi instalado a embaixada do Brasil na Guiné-Bissau, o acordo intensificou-se por ambos os lados na formação dos estudantes guineenses no Brasil e na entrada dos produtos brasileiros no território guineense.

Os estudantes guineenses, após sua formação no Brasil neste período, eram obrigados a voltar à origem onde assumem e desempenham funções nas instituições públicas ou privadas de forma a contribuir para o desenvolvimento do país. Muito diferente de hoje, que posteriormente vou destacar neste trabalho.

Década setenta registrou a vinda dos primeiros estudantes guineenses para o Brasil a partir de momento que foi promulgado “o decreto nº 15/1976, a Guiné-Bissau fez acordos bilaterais com alguns países a fim de enviar jovens guineenses para formar-se no exterior. É neste período que o Brasil e Guiné-Bissau fizeram acordos bilaterais para cooperações nos campos cultural e científico” (CÁ, Cristina, 2009, p. 85-86). Ainda CÁ, 2009, “os estudantes guineenses começaram a vir estudar no Brasil e os primeiros estudantes guineenses chegaram ao Brasil, naquele mesmo ano” (p. 86). Através do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa de Estudantes Convênio de Pós - Graduação (PEC-PG). E estes estudantes continuam ainda a vir para Brasil, devido acordo renovado entre os dois estados.

É de registrar que o Brasil não só dedicava à formação dos estudantes guineenses, mas também dos seus agentes de segurança, Polícia Judiciário e dos seus exércitos. A política de cooperação bilateral e de fortalecimento entre Guiné-Bissau e Brasil, fez com que o laço de relação continuasse a ficar cada vez mais forte no setor educativo, assim como outros setores na medida em que o Brasil intensificava seu apoio na formação dos quadros guineenses. Com perspectiva de voltarem à origem para participarem no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau.

O final do século XX, o processo de formação dos estudantes guineenses no Brasil sofreu declínio, a partir do acontecimento de 7 de Junho de 1998, a guerra civil na Guiné-Bissau, que durou 11 meses. Isso fez com que o acordo de cooperação fosse rompido em razão da instabilidade e muita dívida ao que o governo guineense tinha com o de Brasil. Com o enfraquecimento do acordo não havia mais vinda dos estudantes guineenses, só após a formação do novo governo reconhecido pelo Brasil que os dois países voltaram a renegociar o devido acordo de cooperação. Isso só aconteceu no mandato do presidente Luís Inácio Lula Da Silva, com o governo de Carlos Gomes Junior (guineense) em 2004, “o presidente Lula da Silva reafirmou a intenção brasileira de perdoar a dívida guineense, fato que ocorrera em 2008” (RIZZI, 2014, p. 213). Ainda Lula numa das suas visitas à África, nos anos 2004 e 2006, na cimeira de chefes de estados de Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), realizado na Guiné-Bissau, em 2006, falou de apoio do Brasil para os países africanos. Conforme Silva:

Da parte do Brasil, nós temos uma dívida histórico com o continente [...] E também porque o Brasil tem conhecimento tecnológico, o Brasil tem estrutura empresarial, o Brasil tem base intelectual para, dentro das suas possibilidades, ajudar para que os países mais pobres tenham um mínimo de ajuda para dar os povos seguintes. É por isso que estamos aqui com o Ministro da Educação, viemos aqui com o Ministro da saúde, viemos aqui com o Ministro da cultura, estamos aqui com representantes do SENAI para tentar estabelecer escolas de formação profissional, e queremos contribuir em várias outras áreas. [...] E o Brasil, como país que tem maior economia, como país que tem mais conhecimento científica e tecnológico, como país de maior inserção nesse mundo globalizado, o Brasil tem a obrigação não de ser generoso, o Brasil tem a obrigação de dar a sua contribuição para os países menores e mais pobres possam crescer, se desenvolver e gerar qualidade de vida para o seu povo (SILVA, *apud* RIZZI, 2014, p. 211).

Em toda cooperação feita pelo Brasil na África, desde os governos passados, o de Lula que intensificou ainda mais a política de cooperação e aumentou o número de embaixadas brasileiras no continente africano. Tomou a África como prioridade para a economia

brasileira. Criou vários programas para integrar a África e o Brasil, inclusive a criação da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), em 2010 que permite entrada dos estudantes de Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, e de Timor Leste a estudar no Brasil. Onde a vinda dos primeiros estudantes acontecia em 2011 e prossegue até hoje. É a, instituição que mais recebe estudantes da Guiné-Bissau. O facto dessa criação é fazer o Brasil reaproximar dos seus irmãos africanos para discutir o problema contemporâneo entre dois continentes, assim como o processo escravocrata que começou a partir de África e foi desenvolvido na América. O Brasil um dos países de América que está empenhado na formação dos jovens africanos e na qualificação dos seus quadros desde década 1960, quando maiorias dos estados africanos tornaram independentes dos colonialistas europeus. E hoje ainda estendia essa cooperação na formação dos jovens africanos que serão futuros dirigentes dos seus países com a capacidade de responder a necessidade dos seus povos e do desenvolvimento dos seus estados.

Com relação à Guiné-Bissau o acordo bilateral na área de educação é de extrema importância, porque ajuda o país a vencer a dificuldade existente em termos de formação dos seus jovens e da capacitação dos seus quadros. Para além da instalação das instituições do ensino no país, caso de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Centro da Língua Portuguesa na embaixada do Brasil na Guiné-Bissau, que possam contribuir para melhorar o ensino guineense e na profissionalização dos jovens evitando aderir uma vida perversa.

Esse apoio podia ser aproveitado pelo governo guineense para estender a educação em toda região do país, como forma de superar o analfabetismo e a pobreza. Mas como na Guiné-Bissau a educação nunca é de grande preocupação para os governantes, ou seja, não é de prioridade. O fato que está aumentando o índice de analfabeto cada vez maior no país.

## 2.2 POLÍTICA EDUCACIONAL NA GUINÉ-BISSAU PÓS-INDEPENDÊNCIA

*“Os que sabem devem ensinar os que não sabem”*  
(Amílcar Lopes Cabral)

O colonialismo português exerceu dominação por cinco séculos na Guiné-Bissau, inclusive a partir de dominação de natureza cultural e educacional. Neste sentido, a independência da

Guiné-Bissau após uma guerra que durou 11 anos, foi fundamental para a construção de sua soberania. Era preocupação maior para novo dirigente bissau guineense, lidar com o tema da desigualdade social verificado na cidade de Bissau. A proposta do partido da libertação era de banir toda ideologia imposta pelos portugueses no período colonial e de construir uma nova educação baseada na realidade do país.

Assim que começou a política educacional no país, os conteúdos desenvolvidos voltaram a tratar da geografia, história e da cultura guineense, com o objetivo de fazer os jovens a terem noção sobre a resistência da luta que foi desenvolvida durante onze anos para alcançar a liberdade dos guineenses e dos cabo-verdianos; que não foi aceito pela via pacífica, mas alcançado pelo conflito armado. Conforme Freire, 1978:

(...) Fazia-se necessário que os estudantes guineenses estudassem, prioritariamente, sua geografia e não a de Portugal, que estudassem seus braços de mar, seu clima e não o Rio Tejo. Era preciso que os estudantes guineenses estudassem, prioritariamente, sua história, a história da resistência de seu povo ao invasor, a da luta por sua libertação que lhe devolveu o direito de fazer sua história, e não a história dos reis de Portugal e das intrigas da Corte. (...) (FREIRE, 1978)

No primeiro ano da independência, o país confrontado com uma dificuldade enorme no que consiste o ensino de qualidade para a população devido a ausência de estabelecimento do ensino no país, falta dos professores formados para lecionar e na desconstrução da mente de alguns assimilados guineenses que eram servidores dos portugueses. Segundo Mendy, Liceu Honório Barreto, foi aberto em Bissau em março de 1958<sup>24</sup>, sendo então denominado de Honório Pereira Barreto, em homenagem a um dos assimilados guineenses e ex-governador da Província da Guiné, que participou ativamente contra a exploração dos nativos guineenses (MENDY, 1994 *apud* CÁ, 2015, p. 114). A ausência de alfabetização dos guineenses no período colonial a uma educação propriamente dita dificultou o país bastante na sua primeira fase de construção.

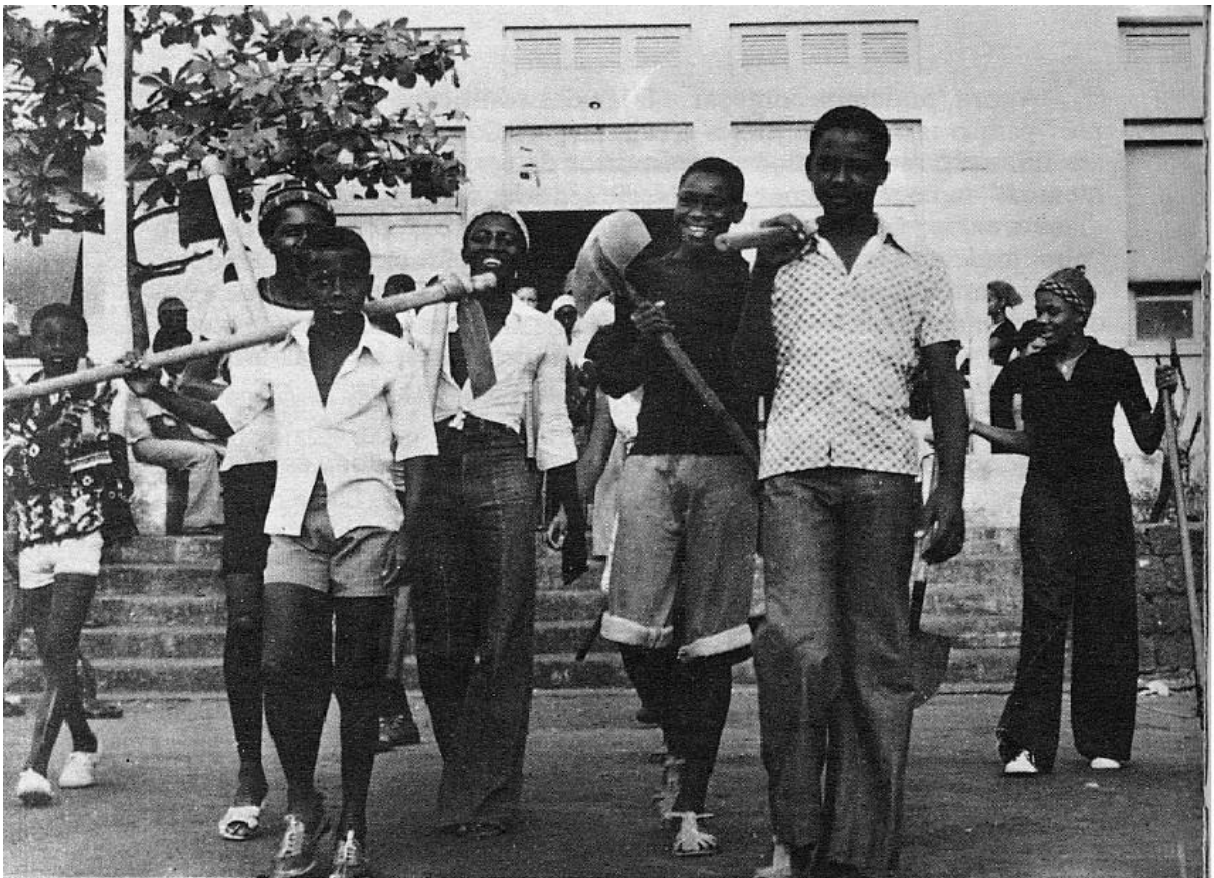
O país com sua nova educação sem matérias didáticas, escassez de instituição de ensino, falta de professores formados para dirigir o processo de ensino pedagógico, sem programação para o ensino, com aulas que funcionavam debaixo da barraca coberto de folha das árvores. Os professores tinham baixos níveis de escolaridade e precariedade dos espaços. As aulas

---

<sup>24</sup> O primeiro estabelecimento de ensino secundário na então Guiné Portuguesa foi aberto somente em 1958, já em Cabo Verde, desde 1860 havia um liceu na cidade de praia. O estatuto do indigenato restringia o acesso dos guineenses à escola e até o final da década de sessenta (do século XX!), o número de alunos não ultrapassava os 3% da população (AUGEL, 2007, p. 73)

funcionavam num ambiente desfavorável para adquirir conhecimento. As aulas normalmente eram divididas em duas partes: a primeira parte era aula teórica, dada explicação da geografia do país e história da luta; e na segunda parte era aula prática sobre processo de cultivo de alguns produtos que serviam de alimentos para os alunos, no caso de feijão, batata, mandioca, arroz e entre outros.

**Figura 4:** Estudantes do Liceu de Bissau a caminho do campo para trabalho produtivo.



Fonte: FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

A situação educacional guineense na altura era totalmente precária para adquirir algum conhecimento, às vezes os professores achavam que os alunos estavam a assimilar alguma coisa, mas na verdade esses estavam com muitas dificuldades de aprendizagem. Porque os próprios professores não tinham a pedagogia para lecionar, na sua maioria eram pessoas que não tinham o ensino médio completo, com a falta dos professores foram habilitados para dar aulas nas seguintes fases do ensino: primeira fase - Ensino Básico Primário, de 1º a 4º classe/série, nesta série até alunos de sexto ano lecionavam como professores na época;

segunda fase - Ensino Básico Elementar, de 5° a 6° classe/série; terceira fase - Ensino Secundário Complementares, de 7°, 8° e 9° classe/série com a duração de três anos para concluir e a última quarta fase - Ensino Médio era de 10° a 11° classe/serie, mas hoje com acréscimo de mais um ano de escolaridade em 2010 que corresponde 12° ano/serie (no Brasil 3° ano de ensino médio), obrigou os alunos que terminassem ensino médio na 11°ano/ 2° ano de ensino médio nos anos anteriores, voltassem a estudar o ano que foi aumentado pelo governo, na medida de ter um ensino médio completo. Caso contrário, não pode participar em nenhum vestibular para estudar no exterior.

Os professores dessa época tinham dificuldades na transmissão dos conhecimentos devido à inexistência de material didático para desenvolver as aulas. O governo preocupado com a alfabetização dos guineenses, porém sem meios financeiros para a produção dos materiais didáticos para o ensino e as condições necessárias para o funcionamento das aulas. Começou a manter contatos com países aliados que apoiaram a luta da descolonização no sentido de ceder um apoio no que exige a produção dos programas de ensino e dos livros. Essa preocupação suscitou uma reunião de emergência para encontrar novo caminho que visa a alfabetização dos guineenses. Segundo Cá, 1999:

(...) Considerando-se que em torno de 90% da população da Guiné-Bissau eram iletrados, não é preciso dizer que, em tal contexto, a alfabetização massiva seria o único caminho a ser trilhado. Em face de essa situação de analfabetismo, uma das medidas tomadas no campo educacional na Guiné-Bissau, seguindo a legislação, foi à convocação da 1ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Nacional Popular (Parlamento) reunida em Bissau, no Salão “Abel Djassi”, no Palácio da República, de 28 de abril a 6 de maio de 1975, presidida pelo camarada João Bernardo Vieira, com as seguintes resoluções / leis para o setor da educação [...] a promoção da superação profissional dos antigos professores combatentes de cuja ação no decurso da luta de libertação nacional, a nação devedora, assim como a desconcentração do ciclo preparatório ao nível regional. [...] – A assembleia nacional popular considerou que no quadro das atividades da juventude cabe um papel de relevo à Juventude Africana Amilcar Cabral (JAAC), organização de massa para a área da Juventude cuja ação em prol da formação dos jovens era de importância decisiva para a realização dos objetivos nacionais (CÁ, Lourenço, 1999, p. 107-108).

Nesta primeira fase da independência, o país recebeu um apoio significativo da Suécia na produção dos materiais didáticos em desenvolvimento na educação dos guineenses. Isso obrigou o comissário de estado para educação Mário Cabral, promover uma política para ampliar a educação em toda região do país a fim de diminuir o número de analfabetos. FREIRE, 1978, entrevista com CABRAL, afirma que:

O objetivo real do novo sistema, afirma enfaticamente Mário Cabral, é eliminar o que resta do sistema colonial para que possamos realizar os objetivos traçados pelo PAIGC: criar um homem novo, um trabalhador consciente de suas responsabilidades históricas e da sua participação efetiva e criadora nas transformações sociais. Esperamos concretizar este desejo através do conhecimento cada vez mais real das necessidades concretas do país, da definição de nosso projeto de desenvolvimento e do próprio trabalho realizado a nível das instituições escolares, através de discussões nos órgãos coletivos. Discussões não só quanto a aspectos técnicos, mas também no que se refere às próprias necessidades da vida. (FREIRE, Paulo, 1978)

A decisão de governo guineense era de criar em toda região a escola como medida de superar o analfabetismo por um rápido desenvolvimento no país. Só que em algumas regiões haviam grupos étnicos nativos que detestavam a educação porque achavam que era uma coisa colonialista portuguesa. Como afirmava Moreira, 2006, “as do Leste, agrupando as regiões de Gabu e de Bafatá eram as mais desfavorecidas em termos de escolaridade. Só duas regiões apresentavam taxas satisfatórias no limiar dos 40%. Trata-se de Bolama, pertencente à província Sul e de Biombo, província Norte” (p. 68). A província Leste predominante das etnias Fulas e Mandigas sempre tinha o problema da escolarização, devido sua população que tinha outra prática da educação ligada ao islamismo, preocupava-se mais com aprendizagem do Islão do que uma educação universal.

Por outro lado, desde a independência até hoje o número de meninos é superior em relação ao das meninas nas escolas tudo tem a ver com a questão tradicional de algumas etnias que pegam as meninas muito cedo antes ou depois de completar 18 anos a dar o casamento, porque achavam que ser casada é coisa mais importante na vida, de que passar o tempo a estudar. Isso é um dos fatores principal na ausência dos números significantes das meninas nas escolas principalmente no interior do país, a prática de dar a menina marido era mais forte e hoje está sendo diminuído devido à política do governo contra ato de casamento forçado. Segundo Moreira, 2006, “Os rapazes tinham melhor índice de escolarização que as meninas. Além desse fato, a escolarização das meninas decrescia à medida que elas avançassem em idade (de 33% aos 8 anos, de 19% nos 13-14 anos)” (p. 66). A partir de 13 anos de idade para cima muitos pais no interior do país interrompem as escolas das suas filhas para ajudar no trabalho de campo em sustento da família, ou seja, ela pode ser influenciada por outro menino na escola para namorar, isso era um dos motivos pelos muitos pais no interior do país de atrapalhar estudo das suas filhas. Portanto essa prática no interior do país com certos pais era marcada como um dos fatores que aumentou o índice de analfabetos na Guiné-Bissau.

O ano 1975 na Guiné-Bissau foi decisivo para uma educação acelerado forma de combater o índice dos analfabetos no país, através dos materiais didáticos e financiamentos vindos do exterior para o desenvolvimento do ensino guineense. E permitem os alunos a umas interpretações mais dinâmicas para aquisição do conhecimento. Conforme Cá, Cristina 2009, em 1975, Guiné-Bissau, foi considerada como um dos países africanos com maior número de população nas escolas: “um total de cerca de 95.000 pessoas, entre crianças e adultos, representando aproximadamente 13% da população global” (PEREIRA, 1977, p.103 *apud* CÁ, 2009, p. 08). Neste período a política do governo guineense centraliza-se na formação dos seus jovens que serão futuros dirigentes do país, sendo o sonho de Amílcar Cabral antes de morrer era de criar varias instituições de ensino no país como fator de promoção do desenvolvimento. Também neste momento haviam escolas que funcionavam na época colonial como públicas e que serviam da educação dos assimilados guineenses, cabo-verdianos e dos descendentes dos portugueses. Depois da independência voltaram a funcionar como particulares e até hoje continua servir para os filhos das elites e da classe média, caso da escola Católica, Liceu João XXIII, José de Sousa e Escola Portuguesa (começou a funcionar a pós-independência na Guiné-Bissau). Segundo Cá, 2009:

Assim, na Guiné-Bissau pós-independência, as escolas eram públicas, com metodologia de ensino mais voltada à realidade dos guineenses, com exceção das escolas católicas João XXIII e José de Sousa e da Escola Portuguesa que ainda funcionam na Guiné-Bissau e que funcionavam já nos primeiros anos da independência. Esses últimos eram particulares, tal como, a escola João XXIII, cujo objetivo é dar formação para os futuros padres e freiras, que depois seguem a continuidade dessa formação em outros países. Mas, mesmo com esse princípio, essa escola atendia a outras crianças sem compromisso de ser padre ou freira, desde que a família pudesse pagar os estudos do filho. O mesmo aconteceu com a Escola Portuguesa onde, ainda hoje, estuda a maioria dos filhos do corpo diplomático creditado na Guiné-Bissau e outros estrangeiros que aí residem. Também essa escola não é restrita a filhos desse corpo diplomático e estrangeiro de modo geral, mas também atende a crianças guineenses desde que seus pais possam pagar. (CÁ, 2009, p. 73)

Hoje em dia as escolas acima citadas são mais concorridas na Guiné-Bissau, devido às metodologias aplicadas e da condição para o seu funcionamento que é bastante diferente com as escolas públicas no país. No caso da escola portuguesa, só estudam filhos de Presidentes, Ministros, Diretores, Altos Funcionários Públicos e de alguns corpos Diplomáticos radicados no país, tornou ainda mais concorrida mesmo o final de ano letivo os pais dos alunos continuam a pagar mensalidade para garantir a vaga dos seus filhos. E ainda quem tem nacionalidade portuguesa à mensalidade é mais em conta em relação a quem não tem. Essa política de valorização das escolas acima referidas de não ver para escolas públicas surgiu na



década de oitenta depois do primeiro golpe de estado verificado no país, 14 de Novembro de 1980, que derrubou o governo de Luís Cabral. Deu à crise no país, o governo não tinha como pagar salários dos seus professores. O salário era tão baixo que nem chega ao patamar do salário mínimo do Brasil. Neste sentido afirma Moreira (2006, p. 70), que “um professor do Ensino Básico de segunda classe, categoria J, tinha um salário base de 126.300 pesos (menos de 10 dólares)”. Mesmo hoje com a mudança da moeda no país os professores formados no Ensino Superior da Educação (ESE) com categoria F, estão sendo vítimas de um salario muito baixo; menos que um salário mínimo brasileiro num valor de 125.000 FCFA (que corresponde R\$ 663,00).

Essa má condição salarial obrigou os professores a lecionar sem uma boa transmissão de conhecimento. Os alunos transitam de serie com poucos conhecimentos, greve no setor educativo era constante na Guiné-Bissau, por que “a educação nunca foi muito privilegiada do ponto de vista orçamentário” (CÁ, 2009, p. 68)<sup>25</sup>. Sabendo que o dever de qualquer governo é de investir no setor educativo, na medida em que possa formar os jovens para garantir prosperidade no país. O nível de desenvolvimento de qualquer estado depende da formação dos seus estudantes, mas na Guiné-Bissau não é dessa forma, pois os filhos dos governantes não estudam no próprio país e vão estudar na Ásia, Europa e nas Américas onde que tem um ensino superior de qualidade. Os seus próprios pais fizeram seus estudos no exterior por isso, que acreditam que mandar seus filhos estudar fora do país em vez de investir na educação do país, de qualquer forma investir na educação é contribuir no desenvolvimento da pátria. Hoje na Guiné-Bissau não há ano letivo que comece sem o problema da greve dos professores devido as dívidas acumuladas pelo governo e continua a ser ainda cada vez mais. Conforme CÁ, Lourenço, 1999:

(...) Esta desigualdade na Guiné-Bissau se acentou a partir de 1986, quando os políticos do país resolveram mandar seus filhos estudarem em colégios em Portugal, com o dinheiro do contribuinte nacional e dos financiamentos que pedem para o desenvolvimento do país, como foi publicado no Diário de Noticias pela Inspeção Superior Contra a Corrupção (ISCC) do parlamento guineense, [...] Foi a partir de então (1986) que o ensino no país foi perdendo o seu valor. Não havia mais interesse em pagar os professores, pois não tinham filhos dentro do país a estudar. Aqueles que não conseguiam mandar todos os filhos para a Europa não os deixavam estudar nos colégios públicos no país, mandavam para o colégio João XXIII, fundado pela congregação franciscana e onde os jovens que desejam descobrir a vocação religiosa são mantidos pelos párocos de cada comunidade religiosa para estudar. (CÁ, Lourenço, 1999, p. 156-157).

---

<sup>25</sup> Ibidem

Os governantes guineenses nunca se preocuparam com os investimentos da educação guineense, pois os seus filhos não dependem dessa educação, mandam os filhos estudar fora do país com dinheiro público que pode ser usado para melhorar a situação do ensino como forma de diminuir a emigração constantemente dos estudantes para exterior.

Por outro lado, eles acreditam mais na cooperação educacional com países mais desenvolvidos para qualificar jovens guineenses, que quando esses cederam a bolsa de estudos para o exterior, os governantes fingem abrir edital para concorrer à vaga, que de antemão já distribuíram essas vagas para os seus filhos ou sobrinhos desde chegada da bolsa, tentam submeter o teste para que os concorrentes não desconfiem das suas corrupções dentro do Ministério da Educação Nacional Guineense (MENG). Às vezes se sobrou ainda vaga vende esta para quem quiser ir estudar, se a pessoa tem o dinheiro vai conseguir a bolsa senão tem mesmo que tirar a nota boa na prova que foi realizado para ingressar na vaga de estudo no estrangeiro. As vítimas dessa situação são os filhos das pessoas com menos condições socioeconômicas.

Por isso, que estudantes guineenses acreditam mais no Processo Seletivo de Estudante Estrangeiro (PSEE) para ingressar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Programa de Estudantes Convênio de Graduação - (PEC-G) e Programa de Estudantes Convênio de Pós – Graduação - (PEC-PG). Realizados na embaixada do Brasil na Guiné-Bissau, de que quando outros países enviaram as bolsas de estudo no Ministério da Educação Nacional Guineense. Pois a embaixada do Brasil na Guiné-Bissau seleciona os estudantes de acordo com seus talentos, apresentados na prova, muito diferente do ocorre no Ministério da Educação da Guiné-Bissau, a pessoa nem faz o teste, em casa já o seu nome foi selecionado para ir estudar, que muita das vezes o estudante chega o país de onde prosseguirá a formação com dificuldade enorme por que foi aprovado sem sendo submetido o teste para tal.

Outra questão que é muito importante destacar neste trabalho é que na Guiné-Bissau não existe universidade pública. Existem somente duas universidades no país: Universidade Colinas de Boé e a Universidade Amílcar Cabral (UAC) ambos foram criadas em 2003, são recentes e com poucos cursos. Universidade Amílcar Cabral começou a funcionar com “11 cursos de licenciatura, a saber: Economia; Administração e Gestão de Empresas; Gestão de Recurso Humano; Engenharia Informática; Enfermagem Superior; Serviço Social;

Sociologia; Comunicação Organizacional e Jornalismo” (SANHA, p. 38).<sup>26</sup> Esta última diz que é pública, mas na verdade nunca chegou a ser, por que desde o início do seu funcionamento os estudantes pagam um valor de 15. 000 FCFA, (corresponde R\$ 79,587) cada mês sem uma boa condição para o seu funcionamento e o desenvolvimento da pesquisa.

Durante algum tempo o governo guineense não tinha mais condição para mantê-la em funcionamento, devido à crise econômica deu a Universidade Lusófona de Portugal para administrar através de uma cooperação bilateral e passou a ser conhecida da Universidade Lusófona da Guiné-Bissau (ULGB). Mas o atual governo de Presidente João Mário Vaz entrou com a política de recuperar o edifício de antiga universidade Amílcar Cabral, que está a funcionar com o nome de outra universidade sob a administração dos portugueses. Isso levou a direção de Universidade Lusófona da Guiné-Bissau construir um novo edifício e devolver o espaço ao governo guineense. Para reabrir a Universidade Amílcar Cabral.

Na Guiné-Bissau existe algumas Escolas Superiores de Educação que tem o papel na formação dos professores para ensino básico e ensino médio. Caso de Tchico Té, 17 de Fevereiro, Centro formação de Bolama Amílcar Cabral, Escola Nacional de Educação Física e Desporto (ENEFD). Ainda tem duas faculdades, uma de Direito que é patrocinado pelo governo português com professores portugueses e guineenses e a outra de Medicina com patrocínio de governo cubano, que na maioria dos docentes são cubanos. Essas escolas vivem de ajuda externa para seu funcionamento, o governo nunca se preocupa com estas escolas como dizia anteriormente seus filhos não beneficiam dessa educação<sup>27</sup>. Achava que a formação na Guiné-Bissau não é de qualidade para prosseguir uma educação propriamente dita, mas quem poderia fazer com que isso acontece foi o próprio governo se optar numa política de construir em toda região do país as escolas, faculdades, universidades, melhorar situação salarial dos professores de toda fase do ensino, vai permitir um desenvolvimento acelerado para o país.

Havia também a Escola Nacional de Administração (ENA), que tem estado na formação dos jovens desde década de oitenta nas duas áreas profissional: Administração e Contabilidade em nível médio, hoje com desenvolvimento institucional está formar licenciado nas áreas acima referidas. Por outro tem duas novas universidades particulares no país, Universidade Católica

---

<sup>26</sup> Artigo disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/cplp/arquivos/sanha.pdf> Acesso em: 18 Out. 2016.

<sup>27</sup> Ibidem.

e Universidade Jean Piaget que estão funcionar com faltas de professores, cursos e o ambiente para o seu funcionamento.

A falta de controle do serviço da inspeção do Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau permite-a abertura de muito Centro de Formação no país com professores inadequados para trabalhar, um professor licenciado está dando aula para alunos da licenciatura, devido carência dos professores formados no país, ou seja, tem muitos professores com nível de formação superior mais as instituições do ensino não estão pagar um bom salário de acordo com a sua formação, estes por sua vez muitos acabam por desistir de dar aula, procuram trabalhar num organismo não governamental onde ganha um salário mais alto.

### 2.3 FATORES MOTIVACIONAIS DA IMIGRAÇÃO DE ESTUDANTES GUINEENSES PARA BAHIA-BRASIL

Na África haviam muitos países com o problema da crise política, mas a Guiné Bissau é um dos que apresentam o maior índice de instabilidade, desde a década 80 até data presente. O país, apesar de ser independente de Portugal desde 1973, não conseguiu ainda consolidar a sua independência devido a vários acontecimentos marcados durante seus 43 anos da independência.

Os governantes guineenses com a incapacidade de governação e de interesses pessoais acabam por não ter uma boa política de ensino guineense e no seu investimento. Desde a independência, os jovens guineenses se beneficiam da formação superior fora do país, devido ausência de instituição universitária, procura cooperar com países mais avançados em termos educacionais para capacitar seus estudantes, ou seja, estudante imigra voluntariamente com a sua condição favorável à procura de uma formação de qualidade para sua vida e do país.

O processo emigratório dos estudantes guineenses começou a partir de ausência da política educacional na Guiné-Bissau, que tinha sido desde 1980, e em 2003, mostrou claramente a falta de engajamento dos políticos no setor educativo que levou o ano letivo nulo, a razão da greve dos professores e de muitas instituições de estado. Por falta de pagamento salarial, o governo do Presidente da República Kumba Yalá não conseguiu cumprir nenhuma política

agradável para negociar com os sindicatos, e ainda desrespeitou os professores em um dos seus discursos que disse “*os alunos foram aprovados e os professores reprovaram*”. O fato causou no ano seguinte um fluxo de emigração dos estudantes guineenses para estudar no exterior principalmente o Brasil, através de ressurgimento de acordo de Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), que foram cancelados durante a guerra civil de 1998 no país.

Os motivos desse fluxo imigratório para o Brasil alguns estudantes alegam que tinha a ver com os seguintes pressupostos no país: baixa qualidade de ensino que as instituições do ensino superior oferecem, falta de instituições nas universidades públicas e cursos, falta de valorização dos quadros formados no país, escassez de recursos financeiros, dificuldades pedagógicas, conhecimento da cultura brasileira, atentados ou golpes de estado, conflito armados, programa do ensino e dificuldade económica para ingressar a universidades privadas.

Os fatores apontados pelos estudantes suscitaram nos últimos 12 anos (2004 a 2016), uma imigração progressivamente dos estudantes guineenses na Bahia-Brasil. A procura de uma formação superior de qualidade, que depois da formação voltarão para a origem a participar no processo de desenvolvimento do país e assim como garantir uma boa condição de vida. Segundo Departamento de Polícia Federal Superintendência Regional na Bahia, através da sua Delegacia de Migração (DELEMIG/BA), existem 153 estudantes guineenses registrados dentro do estado. Em relação ao ano de chegada dos primeiros não constam em ordem no registro e também não tinha os dados dos que voltaram. Entre estes estudantes guineenses na Bahia-Brasil 100 deles estudam na UNILAB e os outros nas universidades de Salvador.

Conforme depoente de Virgílio Morais Pereira Sanca (Salvador - BA, estudante de Direito – UFBA):

O que de fato me incentivou, é que, eu sempre queria estudar fora do meu país, para poder adquirir outros tipos de conhecimento, então, surgiram várias oportunidades inclusive para Rússia, mais eu optei por vir para o Brasil, no mais eu sempre tenho prazer de conhecer o Brasil, isso me motivou muito quando surgiu a oportunidade. O que mais me chamou atenção depois de ser aprovado é questão do ensino, a relação ao meu país, e também acho bom adquirir novo conhecimento sociocultural do outro país como Brasil pela sua dimensão e diversidade culturas em cada região ou Estados e Municípios.

Na mesma linha da entrevista explicou Nemésio Alves De Sá (São Francisco do Conde – BA, estudante de Bacharelado em Humanidades – UNILAB):

O fator que me motivou a vir estudar aqui no Brasil, é a Diversidade do país. Que eu acho muito interessante e julgava que a convivência aqui era extremamente espetacular, devido a essa diversidade, só que hoje percebi que nem sempre as coisas são assim tão simples, mesmo com essa diversidade cultural.

Ainda o Leonel Vicente Mendes (São Francisco do Conde – BA, estudante de Bacharelado em Humanidades – UNILAB), falou o seguinte:

Eu vim estudar aqui no Brasil devido às dificuldades que meu país esta enfrentando, existem poucas escolas de formação a nível superior, além de estes serem muita caras, o país não dispunha de uma universidade pública gratuita que facilita a formação dos jovens. Senão consegui o Brasil ia escolher outro destino. Terei varias opções entre elas: Gana, Inglaterra e Canada.

O depoente Danilo Mussa Fafina (Salvador – BA, estudante de Mestrado em Linguística – UFBA), mostrou que:

Eu sempre quis conhecer outra cultura, quando decidi sair do meu país para estudar no outro país, escolhi o Brasil pelo fato de ser um país lusófono, pois não teria problema com a língua. Se fosse para escolher outro destino, escolheria a Itália como a minha segunda opção para prosseguir meu estudo.

Também o depoente Catia Manuel (São Francisco do Conde – BA, estudante de Letras-Língua Portuguesa), falou sobre seu motivo: *“Eu sempre quis sair do meu país para ver a vida no outro lado do mundo, sempre gostei do Brasil, por isso quando descobri o processo da UNILAB dei de tudo pra vir”*.

Esse fenômeno emigratório dos estudantes guineenses para a Bahia-Brasil intensificou a partir de criação de Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) em 2010, que um ano depois começou a receber os estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), incluindo Timor Leste e Portugal (por enquanto não há estudantes portugueses na instituição).

Uma realidade vivenciada durante toda abertura de edital para estudar no Brasil, o Processo Seletivo de Estudante Estrangeiro (PSEE), que permite o estudante estrangeiro ingressar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), realizado

em cada o ano para Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), a maioria desses estudantes que vieram para o Brasil são da Guiné-Bissau. E o mesmo que acontece nos Programa de Estudantes Convênio de Graduação - (PEC-G) e Programa de Estudantes Convênio de Pós – Graduação - (PEC-PG). Cada país recebe o mesmo número de vaga para concorrer ao edital, só que em alguns países os estudantes concorrem menos à razão que a UNILAB, despõe os cursos que são de pouco concorrência no mercado de trabalho dos seus países de origem e estas vagas sempre eram removidas para o país que necessita ainda de enviar os seus estudantes. Caso da Guiné-Bissau que beneficia bastante dessa vaga devido à quantidade de inscritos no país. Mas com a mudança da política brasileira essas vagas hoje servem para os próprios estudantes brasileiros.

Portanto a vinda destes estudantes para a Bahia-Brasil foi apontada diversas razões que proporcionou suas estadias no estado da Bahia, mas o que influenciou muito era ausência da instituição do ensino superior público e recurso financeiro para sustentar a formação nas faculdades ou universidades privadas. Obrigou estes a imigrarem para o Brasil onde se encontram instituições do ensino públicas para formarem.

Por isso a escolha do Brasil sempre foi decisiva na hora de decidir o lugar para prosseguir o estudo, devido oportunidade que o país cede para estrangeiros assim como apoio de auxílios universitários concedidos para os estudantes para manter seus estudos em dia. No caso de auxílios de Alimentação, Moradia e Transporte, que são importantes para qualquer estudante estrangeiro assim como nacional. Segundo Subuhana, 2005:

Na hora de escolher um país para prosseguir os estudos, o Brasil acaba apresentando vantagens por causa dos laços de amizade que unem os dois países com ênfase em suas especificidades históricos, sociais, econômicas, educacionais e culturais. A língua portuguesa, que é oficial nos dois países, acaba sendo um dos atrativos para esses estudantes. [...] Para os pais, sai mais barato mandar o filho para prosseguir seus estudos no Brasil do que na Austrália, EUA, Inglaterra e Portugal, por exemplo. O custo de vida do Brasil seria mais baixo que dos países citados. A oportunidade também é apontada como um dos fatores que traz esses estudantes ao Brasil (SUBUHANA, 2005, p. 54).

Com essa oportunidade que o Brasil apresenta os estudantes guineenses mesmos que não conseguem passar no vestibular do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) ou Programa de Convênio de Pós - Graduação (PEC-PG) e no Processo Seletivo de Estudante Estrangeiro (PSEE-UNILAB), no seu país de origem preferem vir para o Brasil por conta própria a estudar numa qualquer universidade ou faculdade privada, ao mesmo tempo a

trabalhar para sustentar o seu estudo. Assim como suas necessidades básicas, razão de oportunidade de emprego que o país despõe. Apesar de que, o visto destes estudantes é tipo IV temporário que em cada ano, precisa ser renovado para que os estudantes mantenha-se legais no Brasil. Sendo estudantes com este tipo de visto é proibido o exercício de qualquer atividade remunerada. Esta recomendação consta na constituição brasileira do artigo 13 da lei 6815/80, de punir qualquer estudante flagrado no exercício de um trabalho remunerado. Mas muitas das vezes os estudantes acabam por exercer o trabalho para cobrir as suas despesas. A razão que, os responsáveis pelas suas estadias no Brasil não estão cumprir com as promessas feitas aos estudantes, devidos certos problemas: crise política no país de origem, desempregado, perda do cargo, morte, etc... Estes estudantes com dificuldades financeiras para manterem suas estadias no Brasil acabam por fazer qualquer que seja o trabalho para permanecerem no país. A fim de concluir seus estudos.

Durante a entrevista com meus interlocutores sobre apoio de governo guineense nas suas estadias no Brasil, alguns dizem que o governo da Guiné-Bissau, nem no país de emigração procura saber de quantos estudantes irão para o Brasil, quanto mais entrar em contato com os estudantes, para saber, da dificuldade no país de imigração, que tem uma cultura um pouco diferente dos guineenses. Lembro-me de um colega chamado Fino Vessan Mendes, selecionado no edital n° 05/2014, para ingressar UNILAB, Campus de Malês-São Francisco do Conde-Bahia. Perdeu a vaga, porque não tinha dinheiro para comprar bilhete de avião, da Guiné-Bissau para a Bahia-Brasil. É de ressaltar que nesta altura a passagem de avião custava 497.600 FCFA, (corresponde R\$ 2.647,2). “(...) A “escolha” do país de destino dá-se em função de um conjunto de fatores financeiros, sociais, políticos, e (como já visto) também de natureza simbólica. Entre os diversos fatores destacam-se o custo dos bilhetes de viagem, (...)” (PETRUS, 2001, p. 62). Bilhete de avião na embaixada do Brasil na Guiné-Bissau foi a primeira coisa que a embaixada costuma solicitar antes de dar visto no passaporte de estudante, a fim de saber se o estudante está em condição de ir estudar ou não. Muitas das vezes o estudante pega visto e não tem dinheiro para comprar a passagem, e a aula passa a ocorrer no país de onde vai prosseguir o estudo sem a sua chegada. Esse fato acontece várias vezes com estudantes guineenses, devido a baixa renda familiar.

A falta de controle das autoridades guineenses em relações aos seus estudantes e, conseqüentemente, no apoio dos estudos faz com que haja por uma perda significativa de estudantes que poderão se formar no exterior. Se o governo na altura se preocupava com os



estudantes que iam para o Brasil, o estudante acima referido não ia ficar no país por falta de recursos financeiros para comprar passagem.

Os estudantes guineenses no exterior mesmo com a dificuldade no país de imigração costumam partilhar seus recursos com quem está precisando forma de solidarizar para que cada um atinja o seu objetivo marcado. Do mesmo modo que o desafio da formação é o principal objetivo deles e dos familiares. Sem terem a esperança no governo guineense que nunca preocupava com seus estudantes no exterior em relação outros governos de PALOP<sup>28</sup>, caso do Cabo-Verde que cede empréstimo do dinheiro ao estudante depois da formação a pessoa começa a pagar, e o mesmo que acontece na Angola, mas na Guiné-Bissau os estudantes não têm estes privilégios.

Essa relação afetiva dos estudantes guineenses fora do país era visto por outras nacionalidades africanas no Brasil como laço de fraternização muito forte entre guineenses. Estudantes guineenses sempre preocupam com problemas dos seus conterrâneos no Brasil, mesmo a distância entre estados se tem coisa para contribuir basta informação passa na rede social maioria vai contribuir depois estes recursos serão caminhados pelos seus fins. Porque para eles o problema que um está passar hoje amanhã poderá ser com o outro, por isso, para salvaguardar consequência precisam harmonizar com os outros, forma que cada um possa atingir sua meta que depois voltarão o país de origem onde desenvolvem ações para bem do estado. Segundo Pereira o líder imortal Nelson Mandela acredita que as dificuldades enfrentadas durante uma caminhada não podem ser maiores que os objetivos traçados, essa luz serviu de exemplo para estudantes que acreditaram, que, por mais difícil que seja a situação, é possível alcançar os objetivos traçados (...) (2015, p. 2) <sup>29</sup>. Este tipo pensamento que os estudantes guineenses acreditam e mostram sua vontade de atravessar atlântico em busca de qualificação e capacitação com sonho de voltar origem mais tarde onde participarão no desenvolvimento da Guiné-Bissau.

---

<sup>28</sup> PALOP – Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa.

<sup>29</sup> Artigo disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2015/09/16/noticiasjornalopiniao,3504621/origem-e-destino-dos-estudantes-africanos.shtml> Acesso em: 16 Set. 2015.

### **CAPÍTULO 3 - MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA COM FINS DE ESTUDO**

Este capítulo me permite fazer uma avaliação sobre migração dos estudantes guineenses nos primeiros anos da independência que era obrigatoriamente o estudante voltar à origem depois de concluir a formação. Na medida em que, o país estava precisando dos profissionais para construção do estado. Mas hoje esta emigração tem outro sentido, ou seja, depende de situação econômica do estudante no país de imigração após que termina o estudo.

#### **3.1 EXPECTATIVA DOS ESTUDANTES GUINEENSES QUANTO AO RETORNO**

Qualquer cooperação de estado para estado no campo educacional no que tange o envio de estudantes para o exterior estes depois de concluir a formação têm que voltar ao seu país de origem para darem suas contribuições nas esferas públicas e privadas do país. Esta problematização no caso da Guiné-Bissau dificilmente propõe o estudante para voltar ou não para sua origem, apesar de que os guineenses tenham orgulho sempre de viver no seu país, depois de conquistar o seu sonho no exterior. Mas o país ainda não aceita a política da reforma na função pública, cada vez que o projeto começa a ter andamento haverá sempre os descontentes deste para criar instabilidade no país, ou derrubar o governo da iniciativa.

Muita das vezes os estudantes regressam ao país após concluir a formação basta chegar para solicitar o emprego os velhos começam ver os estudantes com maus olhos, às vezes dizem que estes jovens estudantes de hoje acham que tem mais conhecimentos de que agente. Ainda mais quando estudantes voltam com nível de formação superior, tipo Mestrado ou Doutorado, estes velhos sempre acham que estudantes regressam para substituí-los nos seus cargos, passam a ter mal olhares para os jovens recém-formados. Porque no país havia poucas pessoas com título de Mestre ou doutor, então qualquer jovem que volta a Guiné-Bissau com um destes títulos chama atenção na sociedade guineense.

A oportunidade de emprego na Guiné-Bissau para estudantes jovens regressados ainda não é de prioridade no que exige a inserção destes na função pública. Sendo os motores para o desenvolvimento do país.

Os funcionários públicos veteranos não querem aposentar mesmo com idade a pessoa preferir que seu filho, sobrinho, neto, irmão, etc... Substituir no cargo em vez de espera que autoridade máxima tomar medida de recrutar novo funcionário para tal.

Outra coisa tem a ver com faixa salarial de um estudante formado a nível superior , quando ele volta o seu país, ganha um salário miserável a menos de salário mínimo brasileiro, sem esquecer a questão de efetivação na função pública, que é um dos problemas que leva o estudante retornado às vezes fica arrependido, quando voltar país de origem. O estudante passa muito tempo sem ser efetivada ganha o salario de tipo auxiliar de um técnico.

A falta de controle dos empregos no estado guineense causou muito corrupção no aparelho estatal, muitos dos casos os ministros na Guiné-Bissau nomeiam seus conhecidos ou familiares em cargos públicos, sendo que estes não têm a formação para desempenhar tal função. Enquanto grande quantidade dos estudantes recém-formados, regressados ao país sem emprego passando a maior tempo do dia com papelada na mão andando Praça da Guiné a procura de emprego. Por isso que o emprego na Guiné-Bissau é obtido basicamente devido aos vínculos familiares ou laços de amizade. Não é por mérito que se obtém emprego.

Entretanto ao longo desta pesquisa entrevistei alguns estudantes guineenses quanto ao seu retorno à Guiné-Bissau, sabendo que “o imigrante seria o homem de outro lugar para o qual deverá voltar mais cedo ou mais tarde. Não seria apenas o individuo que é, mas também através de sua pessoa e pelo modo como foi produzido como imigrante, o seu país” (SUBUHANA, 2005, p. 10) <sup>30</sup>. Segundo o depoente de Baticã Braima Ença Mané (São Francisco do Conde – BA, estudante de Letras – Linguística, UNILAB):

Meu primeiro objetivo passa por tirar uma graduação e depois verei o que posso fazer. Não pretendo voltar em definitivo pra meu país, como deve ser do teu conhecimento, não é que não gosto, gostaria e muito, mas, enfim. Quero mestrar aqui no Brasil ou em outro país que me dá boa formação.

O depoente de Virgílio Moraes Pereira Sanca (Salvador – BA, estudante Faculdade de Direito – UFBA), explicou o motivo de voltar:

O intuito é voltar depois de terminar os estudos, sendo que no meu programa, PEC-G (programa estudantil convenio e graduação), o aluno é obrigado voltar para poder

---

<sup>30</sup> Ibidem.

receber diploma no país de origem, mais quem sabe dar um passo à frente, mas o futuro a Deus pertence, mas a minha finalidade é voltar sim.

Do mesmo modo Gracinda Fanta Jau (São Francisco do Conde – BA, estudante Centro de Estudos Nossa Senhora de Purificação-UNIJORGE), mostrou a sua possibilidade de voltar:

Como guineense e formada na área de saúde, entendo que é imperativo eu dar a minha contribuição em prol do desenvolvimento e melhoramento do sistema de saúde do meu país. Saliento ainda que, todos os guineenses independentemente da sua área de formação e do local onde se formou, é necessário que todos nós voltemos para que cada um/a possa dar a sua contribuição no que tange ao desenvolvimento do nosso país.

Esta última mostrou a possibilidade muito interessante, sendo pessoa da área de saúde precisa voltar para o país, apoiar a pátria no combate das doenças infecciosas. Uma das áreas mais chaves do país que precisa ainda de muitos funcionários formados para poder equilibrar a “taxa de mortalidade infanto-juvenil 88,8%”<sup>31</sup>.

O depoente de Suleimane Alfa Bá (São Francisco do Conde – BA, estudante de Bacharelado em Humanidades – UNILAB) diz:

Muito embora o nosso país enfrente graves crises sócio-político e, isso desencadeia problemas sérios no que tange ao funcionamento dos serviços da administração pública. Sem falar dos salários de miséria que um funcionário público recebe, mas, mesmo assim, como guineense, sinto que é obrigação minha voltar e ajudar o meu país sair destas situações. Portanto, assim que eu terminar a minha formação pretendo voltar ao meu país.

As entrevistas concedidas com estudantes guineenses radicados na Bahia-Brasil mostraram seus interesses de voltar à origem mesmo com problemas diversificados que o país está vivendo. Pretendem voltar para contribuir na mudança da política guineense, a fim de estabelecer a estabilidade política no país, como a medida de garantir a ação para o desenvolvimento e do bem-estar da população guineense. “A idéia do retorno sempre presente no imaginário de estrangeiros e imigrantes (...)” (COELHO, 2008, p. 64). Conforme Schutz, 1974, (*apud* SUBUHANA, 2005, p. 145):

Para quem regressa, o lar ao qual retorna não é de modo algum o lar que deixou ou lar que recordava e de onde sentia saudades durante sua ausência. E, pela mesma razão, quem volta ao lar não é o mesmo homem que abandonou. Não é ele, nem para ele mesmo nem para aqueles que esperam seu retorno. Este Tipo de enunciado é

---

<sup>31</sup> Guiné-Bissau, Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS) 2014, disponível: <http://www.stat-guinebissau.com/publicacao/mics-provisorio.pdf> Acesso em: 04 Nov. 2016.

valido para qualquer tipo de volta ao lar (SCHUTZ, 1974, *apud* SABUHANA, 2005, p. 142)

Estudantes guineenses sempre manifestam suas vontades e ambições de quando terminem seus estudos para poder voltar ao seu país, pois que este precisa mais deles do que o Brasil e têm que dar mais contribuições lá do que no Brasil. Apesar de que alguns dizem mesmo depois de terminar a formação não vão para a Guiné-Bissau ficariam na espera da situação política do país, se vai mudar ou não. A Guiné-Bissau é possível mudar só quando houve a participação daqueles que tiveram uma nova ideologia que pode trazer a prosperidade no país. Por isso que a maioria acha que precisa voltar para participar na mudança da política, contribuir para o desenvolvimento do país e garantir o emprego para todos os formados, na medida em que todos possam sentir a uma vida mais ou menos estável dentro do país.

Evitando aquele discurso dos veteranos políticos guineenses de dizer “*nós que expulsamos colonialistas portugueses no país, portanto merecemos o cargo no governo*”. Que na sua maioria não tinha nível de formação superior para assumir o cargo político.

**Figura 5:** Imagem de alguns estudantes guineenses na Bahia-Brasil.



Foto tirado pelo Magnusson da Costa, 21 Out. 2016.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria de deixar claro ao leitor que fazer este trabalho, não foi nada fácil. Exigiu grande empenho, devido aos poucos materiais escritos sobre a Guiné-Bissau, principalmente no que se trata da imigração dos estudantes guineenses, mas graças a alguns livros, trabalhos acadêmicos, artigos, etc. Que foram escritos por alguns autores estrangeiros e por intelectuais guineenses consegui alcançar o objetivo desse trabalho.

Pretendo futuramente continuar fazer pesquisa deste tema no próprio país de origem destes estudantes imigrantes com os seus responsáveis de ensino superior para entender quais foram às falhas na política educacional que está incentivar os estudantes a emigrar/imigrar constantemente para a Bahia-Brasil.

A pesquisa deste trabalho começou com a história dos grupos étnicos nativos guineenses que foram dominados até meados do século XVIII, por outros povos africanos descendentes dos grandes impérios Egipto e Mali, sob o comando do rei Sundiata Keita antes das chegadas dos europeus, sobretudo dos portugueses. Os impérios praticavam o comércio de escravo muito cedo no próprio continente africano, depois de chegada dos portugueses em 1446, esse comércio foi desenvolvido mais profundamente pelo interesse de alguns reis africanos e dos portugueses, caso do rei dos Fulas e dos Mandigas que participaram ativamente neste comércio durante quatro séculos. Os fulas eram aliados dos portugueses durante o todo processo escravocrata na região. Depois de abolição de escravatura na Guiné-Bissau em 1876, vimos que os portugueses queriam manter região como o lugar de produção e sustento de Portugal. Ainda em 1951, Portugal declarou as suas colônias de província ultramarina, o facto que levou os portugueses tornaram mais cruéis contra nativos guineenses, massacrarem estes bastantes no que exige o trabalho forçado, assassinatos, repressões, opressões, etc... Sem esquecer-se do maior acontecimento histórico da Guiné, Massacre de Pindjiquite, no dia 3 de Agosto de 1959, onde morreu a mais de centenas de estivadores do porto de Pindjiquite em Bissau reivindicando aumento salarial.

Os portugueses usaram varias estratégias para desencadear os grupos étnicos guineenses numa política de favoritismo de um grupo mais civilizado do que outro, criaram escolas para os filhos de assimilados e dos altos funcionários colonial. Forma de separar sociedade guineense em classe numa política dos civilizados e não civilizados.

A política portuguesa criou ódio e desconfiança entre nativos guineenses, na medida em que alguns guineenses e cabo-verdianos que estavam a fazer serviço a favor dos portugueses participaram na repreensão dos seus próprios irmãos africanos sob o comando da Polícia Internacional para Defesa do Estado.

Esse ato de violência obrigou alguns grupos étnicos a criarem movimentos para descolonização da Guiné, e mais tarde com o projeto de Amílcar Cabral de realizar uma luta para independência da Guiné e do Cabo Verde. Que no início era rejeitado por alguns membros dos movimentos mais fortes na altura, caso do Movimento da Libertação da Guiné, liderado por Rafael Barbosa, que durante o processo da luta de libertação foi o mentor da mobilização dos jovens para aderir à luta, apoiou o projeto de Amílcar Cabral para desenvolver a luta em conjunta a favor de dois países, Guiné e Cabo Verde. A luta foi desenvolvida durante 11 anos a fim de conseguir a soberania da Guiné e Cabo-Verde.

Na véspera da independência Amílcar Cabral foi assassinado em Conacri 20 de Janeiro de 1973, no mesmo ano a Guiné-Bissau ficou independente do Portugal unilateralmente no dia 24 de Setembro de 1973, e foi reconhecida pelo Portugal só no dia 10 de Setembro de 1974. Depois da morte do Cabral não havia mais hegemonia no PAIGC, que Amílcar sempre preocupava manter durante a luta de libertação. Cada combatente de liberdade da pátria queria ocupar o maior cargo no partido ou no país, isso começou a gerar tensão até que deu o primeiro golpe de estado 14 de Novembro de 1980, que depôs o irmão de Amílcar Cabral no poder Presidente Luís Cabral, acusado de assassinar muitos combatentes guineenses que lutaram ao lado dos portugueses e de favorecer o Cabo-Verde enquanto na Guiné-Bissau havia muita crise social.

O governo seguinte era do mesmo partido PAIGC, no qual o João Bernardo Nino Vieira assumiu a presidência da República, pelo estatuto do partido e começou o seu mandato com mão de ferro, perseguição política, não há liberdade de empresa, centralizou o poder na sua mão e da família. Não estava a satisfazer a necessidade do povo somente assassinatos dos seus colegas da luta, do que estes estavam a preparar golpe contra seu governo. Depois da guerra civil em 1998, que durou 11 meses o Nino foi deposto no poder pelos militares liderados por General Ansumane Mané. Um ano depois o General Ansumane Mané foi morto, por um

grupo de militares que estavam insatisfeitos com a sua posição quando mandou retirar todos patentes concedidos pelo presidente da República por algumas chefias militares.

A Guiné depois da independência foi registrada cinco golpes de estados para além de tentativas e assassinatos de grandes políticos no país. A disputa de poder no país é visto como principal problema da Guiné-Bissau. Os acontecimentos marcados no país travaram bastante o desenvolvimento da Guiné-Bissau e criou instabilidade demasiada, para além da dívida externa com Organismos Internacionais que muita das vezes o país não consegue pagar devido à situação de pobreza.

A crise política na Guiné-Bissau que começou desde década 80 afetou o país até hoje e causou o ódio, e fez com que depois da independência nenhum presidente consiga terminar o seu mandato, a razão de golpe de estado, contra golpes e conflitos armados. A Guiné-Bissau é um dos países onde os militares intervêm no cenário político em qualquer situação, não sabem distinguir o papel do militar e do político. Por isso que dizem na Guiné-Bissau quem manda no país são os militares. O Presidente da República é uma mera figura decorativa na representação do povo.

O país até o século XXI, não foi capaz de responder a necessidade da sua população pelo menos programas sociais, que são emergências para qualquer país. Investir na educação, saúde, segurança, emprego, etc... É a maneira de garantir bem estar do seu povo. A Guiné-Bissau passa todo tempo a viver de ajuda externa. Mas como os seus governantes nunca preocupam investir no país só pelos seus interesses pessoais, e das suas famílias. Mandam famílias viver e estudar na Europa, enquanto população está sendo vítimas da educação, saúde e desemprego. A educação na Guiné-Bissau nunca é de prioridade para os políticos guineenses, setor que vive mais da greve no país. A falta de política educacional no país o número de analfabeto não foi ainda controlado, pois não é de interesse dos governantes guineenses por que seus filhos não vivem desta educação, prefere enviar os filhos para estudarem no exterior onde se encontra melhor ensino. Em vez de investir no setor do ensino do país e coloca-lo em cima de todos os problemas, sendo fator que promove o desenvolvimento de qualquer estado. Mas com essa ausência de alfabetização no país e educação de qualidade pode criar um atraso para o desenvolvimento da Guiné-Bissau.



A conclusão chegada neste trabalho é a falta da política a favor da educação guineense, para diminuir este fluxo emigratório de estudantes para exterior. Estudantes alegam que ausência das instituições universitárias públicas e cursos, precariedade de ensino, falta de valorização dos quadros formados no país, dificuldades pedagógicas e baixa qualidade de ensino que as instituições de ensino superior oferecem. São principais problemas da emigração de estudantes para exterior.

Portanto o que deve ser feito na Guiné-Bissau é criar instituições públicas do ensino superior em todas as regiões do país, ter professores com qualificação e nível de formação superior, e ainda, investir mais no setor da educação, para diminuir o índice da emigração dos estudantes e impulsionar o país num auge do desenvolvimento. Porque se formos ver no PALOP a Guiné-Bissau foi o último a criar instituição universitária em 2003, mesmo assim com situação de precariedade, enquanto nos outros países caso de Angola, “a primeira Universidade de Angola tendo sido criado em 1962, (...) e no Moçambique a primeira foi no ano 1968, Universidade Lourenço Marques (ULM)” (CÁ, 2009, p. 142). Estas universidades foram criadas ainda no período colonial antes da independência destes países. O fato da Guiné-Bissau não ter universidade desde sedo foi devido ao desinteresse dos portugueses de não criar as instituições superiores na Guiné-Bissau no período colonial, conforme feito outras colônias. Passaram muito tempo a explorar o território guineense e a mão-de-obra dos nativos, sem ter a intenção de construir universidades como acontece nas suas antigas colônias. A falta de estabelecimento do ensino superior no país é um dos fatores também que causaram poucos falantes do idioma português na Guiné-Bissau. E hoje com essa ausência das instituições superiores no país, causou fluxo de emigração dos estudantes guineenses para serem capacitados no exterior. Caso do Brasil que intensificou a sua política de cooperação com países africanos e na formação dos seus jovens.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Helmer (Org.). **Guiné-Bissau**. Brasília: Thesaurus; FUNAG, 2012. 15 p. Biblioteca do cidadão. O livro na rua. Série Diplomacia ao alcance de todos. Coleção Países.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escomburo: nação, identidades e pós- colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2007.
- CÁ, Cristina Mandau Ocuni. **Formação Feminina no Internato de Bor (1933-2011) na Guiné-Bissau: reflexão na educação da sociedade guineense contemporânea**. Tese (doutorado em educação brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2015.
- CÁ, Cristina Mandau Ocuni. **Trajatória dos quadros guineenses formados e em formação do Brasil e na visão de estudantes e profissionais de 3º grau**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de campinas-SP, Faculdade de Educação, 2009.
- CÁ, Lourenço Ocuni. **Política educacional da Guiné-Bissau de 1975 a 1997**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau**. Tese (Doutorado em Políticas de Educação e Sistemas Educativos) – Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, SP. 2005.
- CAMARGO, Raquel Peixoto do Amaral. **Imigração Internacional e Cidadania: o problema da ausência de cidadania política para os imigrantes**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Jurídicas, João Pessoa, 2012.
- CARDOSO, Claudia Raquel Espinha. **Diáspora e Regresso: os imigrantes luso – angolanos no Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, SP, 2008.
- CASTANHEIRA, José Pedro. **Quem mandou matar Amílcar Cabral?** Lisboa: Relógio D'Água, c1995.
- COELHO, Marcielle Nazaré. **Memórias de Angola e vivências no Brasil: educação e diversidades étnica e racial**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 2008.
- DESIDÉRIO, Edilma de Jesus. **Migração Internacional com fins de Estudo: o caso dos africanos do Programa Estudante-Convênio de Graduação em três Universidades Públicas no Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **DIÁSPORA AFRICANA: a vida de imigrantes e estudantes em Portugal e no Brasil**. Artigo disponível: [http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/mesas\\_redondas/trabalhos/MR%2003/Neusa%20Maria.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%2003/Neusa%20Maria.pdf) Acesso em: 24 Nov. 2016.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. Tese (doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2013.

MOREIRA, Domingos. **Políticas públicas de alfabetização de massa na Guiné-Bissau**. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Rio de Janeiro – RJ, 2006.

PEREIRA, Gino. **Origem e destino dos estudantes africanos**. Artigo disponível: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2015/09/16/noticiasjornalopiniao,3504621/origem-e-destino-dos-estudantes-africanos.shtml> Acesso em: 16 Set. 2015, p. 2.

PETRUS, Maria Regina. **Emigrar de Angola e Imigrar no Brasil: jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: história (s), trajetórias e rede social**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2001.

REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. **Reflexões sobre os Sistemas de Migração Internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte/MG, 2005.

RIZZI, Kamilla Raquel. **O grande Brasil e os pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974-2010)**. Porto Alegre: CEBRAFRICA, Leitura XXI, PPGEEI-UFRGS, 2014.

SANHA, Alberto. **Educação Superior em Guiné-Bissau**. Artigo disponível: <http://www.pucrs.br/edipucrs/cplp/arquivos/sanha.pdf> Acesso em: 18 Out. 2016, p. 38.

SILVA, Francisco Henriques da; SANTOS, Mário Beja. **Da Guiné Portuguesa à Guiné-Bissau: um roteiro**. Porto, Portugal: Fronteira do Caos, 2014.

SUBUHANA, Carlos. **Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes Moçambicanos no Rio de Janeiro**. Tese (doutorado em serviço social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2005.